



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 1.23.000.002685/2022-92

1 – OBJETO

- 1.1 Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, monitoramento e operação com o fornecimento de mão de obra residente e/ou por demanda, além de todo material de consumo, máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, e fornecimento de materiais, peças e componentes, nas sedes discriminadas abaixo:
- 1.1.1 Sede da Procuradoria da República no Pará (PR-PA) – Localizada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro: Umarizal – CEP. 66055-215 – Belém-Pará;
- 1.1.2 Sede da Procuradoria da República no Município de Santarém (PRM-Santarém) - localizada na Avenida Marechal Castelo Branco, 915 – Bairro: Interventoria, CEP 68.020-650, Santarém-PA;
- 1.1.3 Sede da Procuradoria da República no Município de Marabá (PRM-Marabá) - localizada na Rodovia Transamazônica, 1076 – Bairro: Amapá, CEP 68.502-290, Marabá-PA;
- 1.1.4 Sede da Procuradoria da República no Município de Altamira (PRM-Altamira) - localizada na Avenida Tancredo Neves, 3256 – Bairro: Jardim Independente II, CEP 68.372-222, Altamira-PA;
- 1.1.5 Sede da Procuradoria da República no Município de Tucuruí (PRM-Tucuruí) – endereço a ser informado quando da instalação da sede.
- 1.1.6 Sede da Procuradoria da República no Município de Paragominas (PRM-Paragominas) – endereço a ser informado quando da instalação da sede.
- 1.1.7 Sede da procuradoria da República no Município de Redenção (PRM- Redenção) – endereço a ser informado quando da instalação da sede.
- 1.1.8 Sede da Procuradoria da República no Município de Itaituba (PRM-Itaituba) – endereço a ser informado quando da instalação da sede.

Obs1: Os dados acima informados podem sofrer alterações ou acréscimos, em virtude de mudança de endereço das atuais sedes, ou instalação de novas unidades, bem como em decorrência de cessão de uso de espaços de terceiros em favor do MPF no Pará.

- 1.2 Os sistemas a serem mantidos pelos contratos são os seguintes:
- a) Sistemas hidrossanitários (água potável fria, esgoto, águas pluviais, água de reuso);
 - b) Sistema de combate a incêndio – hidrantes;
 - c) Sistema elétrico, incluído gerador e sistema de energia ininterrupta (nobreak);
 - d) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento – SPDA;
 - e) Recomposição predial civil/Manutenção predial civil;

- f) Sistema de ar-condicionado (expansão direta e indireta), renovação e exaustão de ar;
- g) Sistema de alarme de incêndio;
- h) Sistema de automação predial.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1 Da contratação

2.1.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas prediais na edificação objeto desta contratação é imprescindível para preservação e conservação das características de funcionamento e segurança nas instalações do CONTRATANTE. Sua interrupção poderá comprometer o funcionamento das atividades.

2.1.2 Busca-se com esta contratação a garantia de realização das intervenções de manutenções programadas (manutenções preventivas), obedecendo-se às rotinas estabelecidas nesse documento e pelos fabricantes, observando-se as necessidades de intervenções nos sistemas prediais. Além disso, busca-se uma cobertura contratual para a realização de intervenções corretivas que se fizerem necessárias, com o retorno da operação de equipamentos e sistemas em um menor prazo possível, garantindo-se que as intervenções sejam realizadas observando-se as melhores práticas e a utilização dos componentes adequados.

2.1.3 Além de uma boa prática do ponto de vista da administração dos recursos públicos a realização das atividades de manutenção predial é uma obrigação legal. É um objetivo desta contratação adequar os processos de manutenção, aplicados às edificações citadas, às normas e legislações pertinentes, observando-se, principalmente:

- a) A norma ABNT NBR 5674:2012, que estabelece os requisitos para a gestão do sistema de manutenção de edificações, cita-se abaixo:

Esta norma estabelece os requisitos para a gestão do sistema de manutenção de edificações.

A gestão do sistema de manutenção inclui meios para:

- a) Preservar as características originais da edificação;*
- b) Prevenir a perda de desempenho decorrente da degradação dos seus sistemas, elementos ou componentes;*

- b) A Norma Regulamentadora nº 10, estabelecida pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, que determina o seguinte:

10.2.4 Os estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW devem constituir e manter o Prontuário de Instalações Elétricas, contendo, além do disposto no subitem 10.2.3, no mínimo:

- a) conjunto de procedimentos e instruções técnicas e administrativas de segurança e saúde, implantadas e relacionadas a esta NR e descrição das medidas de controle existentes;*

(...)

- g) relatório técnico das inspeções atualizadas com recomendações, cronogramas de adequações, contemplando as alíneas de “a” a “f”.*

- c) A Lei nº 13.589 de 04 de janeiro de 2018; Resolução – RE/ANVISA nº 9 de 16 de janeiro de 2003 e a portaria 3523/98 do Ministério da saúde.

- a) Art. 1º Todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.*

2.1.4 As diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público estabelecidas pela Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, Lei Estadual nº 9.234 de 24 de março de 2021, que institui o código estadual de segurança contra incêndios e emergências e junto ao decreto Estadual nº 2247 de 23 de março de 2022 que regulamenta os títulos III e IV da Lei Estadual nº 9.234.

2.2 Do caráter contínuo da contratação

2.2.1 O caráter continuado da presente contratação tem por objetivo garantir que as intervenções recomendadas pelos fabricantes e pela legislação pertinente sejam realizadas de forma a se garantir uma operação adequada e segura evitando-se interrupções no funcionamento dos equipamentos e sistemas e em caso de ocorrência de interrupção, que o funcionamento seja reestabelecido no menor prazo possível. Busca-se também uma cobertura contratual que possibilite o reestabelecimento das condições originais da edificação através de realização de intervenções corretivas sob demanda.

2.2.2 O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XXII da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, in verbis:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

XX. Manutenção predial;

XXVI. Manutenção de no-break e grupo gerador;

XXIX. Manutenção de sistema de combate a incêndios;

XXXII. Manutenção de sistemas elétricos;

XXXIII. Manutenção de sistema de ar-condicionado;

XXXIV. Manutenção de sistema de automação.

2.3 Da subcontratação

2.3.1 Opta-se pela permissão da subcontratação de serviços de pouca frequência (por demanda), extraordinários ou de sistemas específicos, necessários à conservação da edificação, que não exigem a presença contínua de profissional residente e que, devido à especificidade e/ou complexidade técnica, podem fugir da expertise técnica da CONTRATADA. Com a permissão de subcontratação, busca-se melhor atender às necessidades da Administração Pública, evitando processos de contratações à parte com gastos adicionais, que posteriormente exigiria maior capacidade técnica e administrativa de gestão/fiscalização nem sempre disponível. Além disso, realizações de contratação à parte poderiam não atender ao eventual imediatismo da necessidade de manutenção. Tais serviços são aqueles listados como “Serviços Extraordinários” (item 4.5) e também aqueles porventura executados pelos profissionais listados nas tabelas de “Profissionais por Demanda” (Item 10);

2.4 Da necessidade de atestados de capacidade técnica

2.4.1 Os sistemas e equipamentos localizados em algumas sedes apresentam relevante complexidade, tais como: gerador, *nobreaks*, unidade resfriadora de líquido (*chiller*), sistema de alarme e combate a incêndios e estação de tratamento de água. A contratação de uma empresa sem a devida experiência e conhecimento na operação e manutenção destes equipamentos e sistemas poderá incorrer em problemas que custarão à administração prejuízos de grande monta. Portanto os atestados visam garantir o mínimo de segurança à contratação, mitigando seus riscos.

3 – DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO E DOS SISTEMAS

3.1 Edificação

3.1.1 Edificação PR-PA

- a) Área de terreno: 4.180,75 m²
- b) Área de construção: 10.062,90 m² – Área que compreende o edifício anexo e 1.522,80 que compreende a área do edifício sede;
- c) Pavimentos: 1º subsolo, 2º subsolo, térreo, 1º nível, 2º nível, 3º nível, 4º nível, 5º nível, 6º nível, barrilete e cobertura onde se encontra a caixa d'água e equipamentos de climatização;
- d) Vagas de garagem: 12 vagas para carros na área do térreo, 44 vagas para carros no 1º subsolo, 71 vagas para carros no 2º subsolo, 14 vagas para motos no 2º subsolo e 10 vagas para bicicletas no 2º subsolo.
- e) Piso: Porcelanato, granito polido, piso elevado em placas de aço, laminado melamínico, cimentado polido, cimentado sarrafeado, cimentado desempenado, concreto armado, bloco intertravado, piso tátil (PVC, inox e ladrilho hidráulico), forração têxtil;
- f) Parede: Tijolo cerâmico furado, bloco de concreto vazado, gesso acartonado (drywall), divisória de granito, divisória de vidro;
- g) Revestimento: Reboco, emassamento, granito, pastilha porcelanizada, porcelanato, peitoril em granito, pele de vidro e fachada ventilada;
- h) Pintura: Esmalte sintético, tinta acrílica – acabamento semibrilho cor branco gelo em parede e fosco no teto cor branco neve, pintura acrílica no piso cor concreto, tinta epóxi cor branca nos beirais, tinta a base de resina acrílica para demarcação de vagas, cor branca, amarela e azul, verniz;
- i) Esquadrias: Madeira (com ou sem vidro), vidro temperado, alumínio anodizado, ferro, pele de vidro com estrutura em alumínio, veneziana em alumínio, brises;
- j) Forro: gesso acartonado (liso e acústico), lambril em madeira de lei;
- k) Vidros: refletivo, temperado, laminado, espelho;
- l) Cobertura: Estrutura em alvenaria e perfis metálicos; telha metálica termoacústica; rufo em concreto armado; calha em concreto, beirais em granito e concreto armado;
- m) Impermeabilização: manta asfáltica modificada com polímeros de APP, coladas com asfalto a quente 3,0 kg/m² + regularização de superfície, manta asfáltica sbs tipo 3 ABNT (4 mm) coladas com asfalto a quente 3,0 kg/m² + proteção mecânica, argamassa polimérica 3,0 kg/m² estruturada com tela poliéster 3x3mm resinada;
- n) Corrimão e guarda-corpo metálico (com e sem vidro);
- o) Mastros para bandeira em tubo de aço galvanizado;
- p) Escadas e rampas: Escadas Internas – piso e espelho em granito e corrimão ferro galvanizado; escada externa – em concreto armado com corrimão em aço inox, rampas de acesso aos subsolos em concreto armado;
- q) Portões eletrônicos 02 unidades: 01 entrada de carros e 01 na saída de carros.

3.1.2 Edificação PRM – Santarém

- a) Área de terreno: 5.000 m²
- b) Área de construção: 2.415,00 m²;
- c) Pavimentos: térreo, 1º, 2º e casa de máquinas da cobertura;
- d) Vagas de garagem: 13 na área do térreo com área para motos, 16 vagas para público externo mais 54 vagas para servidores e prestadores de serviços na área externa.
- e) Piso: Porcelanato, granito polido, granito flameado, piso elevado em placas de aço, laminado melamínico, cimentado polido, cimentado sarrafeado, cimentado desempenado, carpete, concreto armado, piso de alta resistência “granitina”, bloco intertravado, piso tátil (PVC e ladrilho hidráulico), forração têxtil;

- f) Parede: Tijolo cerâmico furado, bloco de concreto vazado, gesso acartonado (drywall), divisória de granito, divisória de vidro, divisória em madeira;
- g) Revestimento: Reboco, emassamento, granito, pastilha porcelanizada, porcelanato, peitoril em granito;
- h) Pintura: Esmalte sintético, tinta acrílica – acabamento semibrilho cor branco gelo em parede e fosco no teto cor branco neve, pintura acrílica no piso cor concreto, tinta epóxi cor branca nos beirais, tinta à base de resina acrílica para demarcação de vagas, cor branca, amarela e azul;
- i) Esquadrias: Madeira (com ou sem vidro), vidro temperado, alumínio anodizado, ferro, pele de vidro com estrutura em alumínio, veneziana em alumínio, brises;
- j) Forro: gesso acartonado (liso e acústico);
- k) Vidros: refletivo, temperado, laminado, espelho;
- l) Cobertura: Estrutura em alvenaria e perfis metálicos; telha metálica termoacústica; rufo metálico; calha em concreto, beirais em granito;
- m) Impermeabilização: manta asfáltica modificada com polímeros de APP, coladas com asfalto a quente 3,0 kg/m² + regularização de superfície, manta asfáltica sbs tipo 3 ABNT (4 mm) coladas com asfalto a quente 3,0 kg/m² + proteção mecânica, argamassa polimérica 3,0 kg/m² estruturada com tela poliéster 3x3mm resinada;
- n) Corrimão e guarda-corpo metálico (com e sem vidro);
- o) Mastros para bandeira em tubo de aço galvanizado;
- p) Escadas: Interna – piso de granito e corrimão aço inox; externa – metálica;
- q) Portões eletrônicos 02 unidades: 01 entrada principal e 01 entrada garagem coberta.

3.1.3 Edificação PRM – Marabá

- a) Área de terreno: 1.420,10 m²;
- b) Área de construção: 1.103,72 m², dos quais somente 560,99 m² pertencem a PRM-Marabá;
- c) Pavimentos: Térreo – Pavimento pertencente ao MPT, Estacionamento dividido entre PRM-Marabá e MPT, área técnica de sistema de combate a incêndio e poço semi-artesiano; 1º Pavimento – Pertencente ao MPT; 2º Pavimento – Pertencente a PRM-Marabá; 3º Pavimento – Pertencente a PRM-Marabá e Telhado onde se encontra caixa d'água e área técnica de climatização.
- d) Vagas de garagem: Localizadas no térreo, terreno ao lado esquerdo do edifício, contendo 6 vagas de estacionamento conjuntas, 1 vaga de estacionamento para idoso e 1 vaga de estacionamento para pessoa com deficiência.
- e) Piso: Porcelanato, concreto sarrafeado e desempenado, cimentado desempenado, concreto armado, cerâmica tipo A, granito polido;
- f) Parede: tijolo cerâmico furado, bloco de concreto vazado, gesso acartonado (drywall);
- g) Revestimento: Reboco, emassamento, granito, pastilha porcelanizada, porcelanato, peitoril em granito, Fachada em pele de vidro;
- h) Pintura: Esmalte sintético, tinta acrílica – acabamento semibrilho cor branco gelo em parede e fosco no teto cor branco neve, pintura acrílica no piso cor concreto, tinta a base de resina acrílica para demarcação de vagas, cor branca, amarela e azul;
- i) Esquadrias: Madeira (com ou sem vidro), vidro temperado, alumínio anodizado, ferro, pele de vidro com estrutura em alumínio, veneziana em alumínio;
- j) Forro: gesso acartonado liso;
- k) Vidros: refletivo, temperado, laminado, espelho;
- l) Cobertura: Estrutura em alvenaria e perfis metálicos; telha em fibrocimento; rufo metálico; calha em concreto armado, beirais em concreto armado;
- m) Impermeabilização: Manta asfáltica modificada com polímeros, coladas com asfalto à quente, sobre primer, proteção mecânica com argamassa, manta asfáltica autoadesiva aluminizada aplicada sobre primer;
- n) Mastros para bandeira em tubo de aço galvanizado;

- o) Escadas: interna – piso de granito e corrimão aço inox;
- p) Portões eletrônicos 02 unidades: 01 entrada principal e 01 entrada do estacionamento.

3.1.4 Edificação PRM – Altamira

- a) Área de terreno: 710 m²;
- b) Área de construção: 480,2 m²;
- c) Pavimentos: Térreo e 1º pavimento;
- d) Vagas de garagem: 5 vagas – 3 vagas na frente e 2 nos fundos;
- e) Piso: Cerâmica tipo A, porcelanato, cimentado desempenado;
- f) Parede: Tijolo cerâmico furado, gesso acartonado (drywall);
- g) Revestimento: Reboco, emassamento em massa PVA na parte interna e Massa acrílica na parte externa, peitoril em granito;
- h) Pintura: Esmalte sintético, tinta acrílica – acabamento semibrilho cor branco gelo em parede e branco neve no teto;
- i) Esquadrias: Vidro temperado, alumínio anodizado, ferro;
- j) Forro: gesso acartonado liso;
- k) Vidros: Temperado, laminado e espelho;
- l) Cobertura: Estrutura em alvenaria e perfis metálicos, telha metálica termoacústica, rufo e calha em concreto armado, beirais em concreto armado;
- m) Impermeabilização: Manta asfáltica modificada com polímeros, coladas com asfalto à quente, sobre primer, proteção mecânica com argamassa, manta asfáltica autoadesiva aluminizada aplicada sobre primer;
- n) Mastros para bandeira em tubo de aço galvanizado;
- o) Escadas: interna – piso em madeira e corrimão em madeira;
- p) Portões eletrônicos: Nas entradas dos estacionamentos;
- q) Sistema de abastecimento: Poço semi-artesiano composto por bombas submersas.

3.2 DEMAIS SISTEMAS

3.2.1 As características relevantes dos sistemas elétricos, de áudio e vídeo e distribuição de sinais de TV, hidrossanitários, combate a incêndio, gás, aproveitamento de águas pluviais e instalações civis estão detalhados nos **ANEXOS A**, podendo sofrer alterações por aquisição e/ou alienação no decorrer da vigência do contrato.

3.2.2 Os quantitativos poderão sofrer alterações para adequação aos interesses do CONTRATANTE. Essa descrição tem como objetivo apontar a complexidade dos sistemas, não esgotando todos os equipamentos e infraestruturas do objeto.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.1.1 A manutenção preventiva envolve os serviços programados conforme cronograma, com objetivo de evitar defeitos, conservando os equipamentos e instalações dentro dos padrões de segurança, além de mantê-los em funcionamento adequado.

4.1.2 As manutenções preventivas nos equipamentos e sistemas contemplam a inspeção e a realização de reparos, regulagens, ajustes e substituição de peças de aplicação imediata (consideradas para este fim aquelas de baixo valor e facilmente encontradas no mercado). Apenas as intervenções e reparos que demandem a aplicação de técnicas e materiais que não se enquadram no descrito neste item deverão ser tratadas como manutenções corretivas.

4.1.3 As manutenções preventivas deverão ser realizadas conforme rotinas e periodicidades apresentadas nos **ANEXOS B, C, D, E e F**, além de seguir as recomendações do fabricante.

4.1.4 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas ou a periodicidade dos serviços de manutenção preventiva, bastando comunicar por escrito à CONTRATADA, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os ajustes necessários.

4.1.5 As rotinas de manutenção apresentadas são as referências mínimas para execução dos serviços de manutenção, devendo a CONTRATADA providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos sistemas ou para otimizar os processos. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia por parte do responsável pela fiscalização do contrato, de forma a verificar sua adequação.

4.1.6 Durante a manutenção preventiva, deverá ser registrada a ocorrência de defeito ou perda de funcionalidade que, porventura, não possa ser corrigida no momento da intervenção preventiva. Deverá ser descrito detalhadamente o defeito, os ensaios realizados e proceder o registro fotográfico, de forma que seja possível caracterizar o defeito e planejar as ações necessárias para proceder a correção.

4.1.7 No relatório de manutenção preventiva deverão ser apresentadas as informações de identificação do defeito (descrição da falha, ensaios realizados etc.), justificativa dos fatos que impediram a solução da falha durante a execução da manutenção preventiva e planejamento da ação corretiva contendo o profissional indicado para realizar as intervenções, a quantidade de homem-hora para realização da intervenção e os materiais necessários.

4.1.8 Os serviços, de acordo com sua natureza, devem ser realizados por técnicos comprovadamente qualificados, utilizando-se ferramentas e equipamentos compatíveis com o tipo de aplicação, ficando a CONTRATADA responsável pela reposição de material, item de acabamento ou equipamento danificado em decorrência de imperícia na execução da manutenção.

4.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.2.1 A manutenção corretiva consiste no restabelecimento dos componentes dos sistemas e das instalações às condições adequadas de funcionamento e incluirá os serviços de atendimento emergencial, detectados ou não pelo CONTRATANTE.

4.2.2 A necessidade de manutenções corretivas identificadas pela CONTRATADA, durante a realização das manutenções preventivas, deverão ser apresentadas no relatório de manutenção preventiva.

4.2.3 Os prazos para planejamento da intervenção e realização das manutenções corretivas serão em função do impacto ao funcionamento da edificação ou do tipo de defeito identificado. Dessa forma, serão determinados prazos para o atendimento para ações de Manutenção Corretiva Eventual e para ações de Manutenção Corretiva Emergencial, estabelecidos como sendo:

a) **Manutenção Corretiva Eventual:** refere-se à falha ou defeito que não impede o funcionamento da edificação, de equipamento ou de ambiente. Ocorre quando há necessidade de intervenção em algum equipamento para ajuste de configuração ou substituição de peças que não impedem seu funcionamento e não trazem risco para o funcionamento seguro de edificação. Exemplos: troca de reatores e lâmpadas; troca de mola de porta; troca de ralo abacaxi; completar carga de gás refrigerante em equipamento tipo split.

b) **Manutenção Corretiva Emergencial:** refere-se à falha ou defeito que traz risco ao funcionamento adequado e seguro da edificação, a um determinado equipamento ou a um ambiente classificado como crítico. Ocorre quando há necessidade de intervenção em algum equipamento ou sistema crítico fora de operação ou com desempenho prejudicado. Exemplo: vazamento em reservatório de água potável, falha em componente do quadro geral de energia elétrica, falha em equipamento de climatização que atende ambiente crítico (CPD e nobreak).

4.2.4 Para o atendimento de uma manutenção corretiva eventual, o prazo máximo para início da realização da intervenção de manutenção é de 5 (cinco) dias úteis.

4.2.5 Para o atendimento de uma manutenção corretiva emergencial, o prazo máximo para início da realização da intervenção de manutenção é de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2.6 A CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo, a ser avaliado pelo fiscal do Contrato.

4.2.7 O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico do objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo para a normalização do funcionamento do sistema, A CONTRATADA poderá subcontratar uma empresa ou profissional para a resolução do problema, sendo o ônus da contratação a cargo da CONTRATADA.

4.3 MODIFICAÇÕES E ADAPTAÇÕES

4.3.1 Correspondem a serviços de melhorias, serviços decorrentes de alterações de leiaute, serviços devido a falhas no sistema a ser mantido ou serviços para instalação de novo equipamento do CONTRATANTE.

4.4 DEFINIÇÕES

4.4.1 **Alvenaria:** Todos e quaisquer serviços de pedreiro na manutenção, recuperação, adequação, demolição, reforma e construção, tais como: alvenaria com assentamento de tijolos ou blocos, emboço, reboco, vergas, concreto, estrutura, meio-fio, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, tubulações para fiações, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de valas e demais serviços inerentes.

4.4.2 **Marcenaria:** Todos e quaisquer serviços de marcenaria na manutenção, recuperação, adaptação, modificação, reforma e confecção, como: montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias, incluindo portas, painéis cegos e painéis com vidro, regulagens e consertos em molduras, portas, portais, esquadrias, estrutura de telhado, balcões, guichês, tabladros, forro de madeira, cabos de ferramentas e outros, confeccionados em compensado, madeira maciça, aglomerado, MDF, dentre outros, incluindo acabamentos com vernizes, laminado de madeira, laminado melamínico, seladora, revitalização de esquadrias em madeira e demais serviços inerentes.

4.4.3 **Pintura e Gesso:** Todos e quaisquer serviços de pintura e gesso na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, como: paredes internas e externas, pisos (incluindo demarcação de vagas), teto, estruturas de concreto, portas, esquadrias, brises e equipamentos em geral, molduras, placas, letreiros, caiação de meio-fio, dentre outros, incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, montagem e desmontagem de placas de gesso em tetos (forro) e em paredes (drywall) inclusive a execução da estrutura interna, retirada e reinstalação de carpetes existentes e assentamento de carpetes novos, execução de septos sobre os forros, abertura de visitas e demais serviços inerentes, devendo antes recuperar as partes danificadas.

4.4.4 **Serralheria:** Todos e quaisquer serviços de serralheria na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, por exemplo: grades e telas para esquadrias, ralos, grelhas, molduras, suportes, portões, portas, portais, esquadrias, suporte para aparelhos de ar-condicionado, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, alambrados, dentre outros, confeccionados em alumínio, ferro fundido, chapas diversas ou tubos diversos.

4.4.5 **Vidraçaria:** Todos e quaisquer serviços de vidraçaria na manutenção, recuperação, substituição, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, incluindo vidro laminado,

temperado e liso translúcido, em: esquadrias, quadros, molduras, espelhos, box, portas de vidro, tampos de mesas, bem como manutenção, recuperação, aplicação e remoção de películas de proteção solar, instalação e manutenção de mola em porta de vidro e demais serviços inerentes.

4.5 SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

4.5.1 A autorização e o custeio dos serviços extraordinários são de responsabilidade do CONTRATANTE.

4.5.2 Constituem serviços extraordinários, quando executados em:

- a) Pele de vidro (estrutura ou vidro);
- b) Impermeabilização;
- c) Mármore ou granito;
- d) Concretagem com concreto usinado;
- e) Bombas hidráulicas, tanques pneumáticos e pressostatos;
- f) Porta ou portão eletrônico e fechadura eletrônica ou biométrica;
- g) Cerca elétrica e componentes do sistema;
- h) Aquisição e transporte de combustível para grupo motor-gerador;
- i) Desentupimento de tubulações que exijam equipamentos especiais;
- j) Manutenção no purificador de água (exceto troca de vela);
- k) Teste de estanqueidade de impermeabilização;
- l) Recarga e teste hidrostático em extintor de incêndio;
- m) Sinalização permanente, inclusive relacionada à segurança do trabalho e combate a incêndio;
- n) Comunicação visual, inclusive sinalização e letras caixa;
- o) Manutenção corretiva executada aos sábados, domingos e feriados ou em horário fora do expediente normal desta Procuradoria;
- p) Recarga e teste hidrostático em cilindros de gás de extinção de incêndios;
- q) Reabastecimento do tanque de combustível do grupo motor-gerador.

4.5.3 O pagamento dos serviços extraordinários será feito por meio de ressarcimento.

4.5.4 Deverão ser incluídos os custos referentes ao fornecimento de materiais, peças ou componentes quando não puderem ser fornecidos pelo CONTRATANTE.

4.5.5 Não são considerados serviços extraordinários:

- a) Aqueles executados sem a autorização do CONTRATANTE;
- b) Manutenção corretiva proveniente de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo causado pela CONTRATADA ou subcontratado, direta ou indiretamente;
- c) Manutenção preventiva, independente do dia ou horário;
- d) Ensaio, aferições, testes e medições em equipamento ou sistema relatado neste documento, que possam ser realizados com os profissionais, ferramentas e instrumentos contemplados neste termo.

4.5.6 Para a realização dos serviços extraordinários será necessária a aprovação prévia do CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá apresentar o Planejamento de Serviço Extraordinário, conforme modelo constante no **ANEXO J**, informando o detalhamento do serviço a ser executado, a equipe indicada para realização das intervenções, a estimativa de preço e os materiais necessários. A CONTRATANTE avaliará as informações apresentadas e, caso julgue adequado, autorizará a execução dos serviços.

- a) Os serviços extraordinários serão pagos de acordo com os valores de material e mão de obra informados no planejamento aprovado e o pagamento deverá ocorrer após a realização da intervenção e aprovação dos serviços pelo CONTRATANTE.
- b) Caso seja constatado que após a execução dos serviços houve utilização de menos horas de mão de obra ou de menos materiais que aqueles definidos no planejamento de intervenção, as atividades de serviço extraordinário serão pagas com base nos valores medidos.
- c) Poderão ser pagos valores de horas de mão de obra ou quantitativos de materiais maiores que aqueles definidos no planejamento aprovado; desde que constatado e justificado pelo CONTRATANTE.
- d) Somente será considerado para pagamento aquele serviço de manutenção que visa correção de problemas não cobertos pela garantia dos últimos serviços realizados.
- e) Caso a CONTRATADA não consiga elaborar o Planejamento de Serviço Extraordinário, a CONTRATADA deverá elaborar um Planejamento de Diagnóstico. No Planejamento de Diagnóstico a CONTRATADA deverá informar a equipe indicada e a quantidade de homem-hora para realização do diagnóstico.
- f) Durante a visita técnica de diagnóstico, a CONTRATADA elaborará o Planejamento de Serviço Extraordinário informando o profissional indicado para realizar as intervenções, a quantidade de homem-hora para realização da intervenção e os materiais/peças necessários.
- g) Caso os serviços de correção possam ser realizados durante a visita técnica de diagnóstico, será considerado para pagamento os valores de homem-hora necessários ao diagnóstico somado aos valores estimados necessários à correção do problema, conforme discriminado no Planejamento de Diagnóstico e no Planejamento de Serviço Extraordinário.
- h) Caso os serviços extraordinários não possam ser realizados durante a visita técnica de diagnóstico, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 02 (dois) dias úteis, laudo técnico fotográfico/descritivo detalhando os serviços a serem executados e os materiais/peças necessários. Serão considerados para pagamento, os valores de homem-hora utilizados para o diagnóstico somados aos valores estimados necessários a correção do problema, conforme discriminado no Planejamento de Diagnóstico e no Planejamento de Serviço Extraordinário.
- i) Os prazos para apresentação do Planejamento de Serviço Extraordinário ou Planejamento de Diagnóstico e para início da execução do serviço após aprovação do planejamento apresentado, será definido em comum acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

4.6 DOS SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS

4.6.1 As manutenções somente ocorrerão caso o defeito não esteja coberto pela garantia.

4.6.2 Caso ocorra defeito de fabricação, a CONTRATADA deverá comunicar o fiscal do contrato imediatamente;

4.6.3 A CONTRATADA assumirá todo o ônus do fabricante caso execute manutenção corretiva em equipamento e disto resultar a perda da garantia.

4.6.4 A CONTRATADA deverá providenciar junto a cada equipamento uma pasta com as fichas de controle de manutenção, nas quais deverá constar, entre outras informações, as datas das manutenções realizadas, a descrição geral (mensal, semanal, semestral, etc.), o técnico responsável pela execução e um campo para observações pertinentes.

4.6.5 Os serviços de manutenção dos equipamentos, além das previstas pelo manual do fabricante, incluem:

- a) Testes;
- b) Análises;
- c) Calibragem;
- d) Verificação das condições operacionais do equipamento;
- e) Lubrificação;
- f) Limpeza; e
- g) Orientações para operação normal e adequada dos sistemas e equipamentos.

4.7 DOS SERVIÇOS EM NOBREAKS E NO GERADOR

4.7.1 Os nobreaks e o gerador são equipamentos com características técnicas que exigem mão de obra especializada para realização de determinadas manutenções.

4.7.2 Os serviços de manutenção dos nobreaks e do grupo motor-gerador devem ser executados por subcontratada ou pela própria CONTRATADA, desde que comprovada a capacidade de manutenção. Entende-se como capacitada para manutenção a empresa que seja fabricante ou empresa que esteja devidamente credenciada pelo fabricante.

4.7.3 A operação e conservação dos nobreaks e do grupo gerador poderá ser realizada por profissionais técnicos não especializados, desde que devidamente orientados ou supervisionados pelo fabricante ou engenheiro responsável.

4.7.3.1 Entende-se por profissional técnico orientado aquele que atua na área de sistemas elétricos e que recebeu treinamento para operação e conservação desses equipamentos pelo fabricante ou engenheiro responsável;

4.7.3.2 Os serviços de manutenção apresentados com periodicidade mensal no **ANEXOS B**, bem como outros serviços considerados análogos, a critério do CONTRATANTE, são considerados como serviços de operação e conservação.

4.7.4 A equipe técnica da CONTRATADA deverá receber treinamento específico, sendo orientada acerca dos procedimentos de operação e conservação dos equipamentos e sobre os seus limites de atuação. O treinamento deverá ser ministrado pelos responsáveis técnicos da empresa responsável pela manutenção desses sistemas.

4.7.5 Qualquer anormalidade observada nos sistemas específicos deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE.

4.8 DOS SERVIÇOS NA UNIDADE RESFRIADORA DE LÍQUIDO (CHILLER).

4.8.1 A CONTRATADA ficará responsável por viabilizar as manutenções preditivas, preventivas e corretivas do chiller, conforme rotinas e periodicidades contidas nos anexos, além das orientações do fabricante do equipamento.

4.8.2 Pelo chiller ser um equipamento com características que exigem mão de obra especializada para realização de determinadas manutenções, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, que não sejam aqueles de operação ou conservação, poderão ser objeto de subcontratação;

4.8.3 As intervenções preditivas, preventivas ou corretivas que necessitem de desligamento por período que impacte no conforto térmico dos ocupantes da edificação deverão ser comunicadas e agendadas junto à fiscalização, preferencialmente, para datas de feriados, finais de semana ou após expediente.

4.9 GESTÃO DA MANUTENÇÃO

4.9.1 Caberá à CONTRATADA as atividades relacionadas à gestão da manutenção predial estabelecidas neste termo;

4.9.2 A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) e cronograma anual de manutenção;

4.9.3 A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir do início da execução dos serviços, para elaborar o PMOC e o cronograma anual de atividades de manutenção preventiva, contendo todas as ações de manutenção preventivas necessárias para garantia da operação contínua e segura dos equipamentos e sistemas objeto desta contratação. Deverão ser observados os requisitos mínimos estabelecidos neste instrumento e a avaliação dos profissionais responsáveis técnicos pelos serviços para se determinar o plano de manutenção.

4.9.4 Emissão de Ordens de Serviço para cada atividade de Manutenção (Preventiva ou Corretiva), devendo conter:

- a) Nome do profissional responsável;
- b) Nome do profissional que executou o serviço;
- c) Data, hora e local da execução;
- d) Material utilizado;
- e) Descrição dos serviços executados.

4.9.5 As Ordens de Serviço deverão ser gerenciadas e armazenadas pela CONTRATADA e o fiscal poderá, a qualquer tempo, exigir cópia dessas.

4.9.6 Para o sistema de climatização, o cronograma anual de atividades deve ser elaborado de acordo com o estabelecido na Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde, que determina a elaboração do PMOC. O PMOC deve ser elaborado observando os requisitos mínimos estabelecidos no presente instrumento incorporando-se os pontos que se fizerem necessários a partir da avaliação do Engenheiro Mecânico responsável pela elaboração e acompanhamento das ações previstas no PMOC.

4.10 UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO PARA GESTÃO DA MANUTENÇÃO

4.10.1 O sistema eletrônico será do tipo *software* específico para a gestão da manutenção sendo vedada a realização de controle por meio de planilha eletrônica.

4.10.2 Os Planos de Manutenção Operação e Controle (PMOCs) das edificações cuja manutenção fazem parte do objeto deste contrato deverão ser cadastrados e acompanhados em um Sistema Eletrônico de Gestão da Manutenção de propriedade da CONTRATADA.

4.10.3 A CONTRATADA deverá utilizar o Sistema Eletrônico de gestão da manutenção que permita o cadastramento de todos os equipamentos e sistemas que fazem parte do escopo deste contrato de manutenção, permitir o cadastramento e acompanhamento das rotinas de manutenção preventivas aprovadas para cada um destes, realizar a emissão de ordens de serviço (OS) preventivas e corretivas de acordo com o planejamento das atividades, registrar os dados de todas as intervenções realizadas no decorrer do contrato, gerar relatórios e indicadores de desempenho para os equipamentos e sistemas.

4.10.4 O CONTRATANTE deverá ter acesso a todos os dados e funcionalidades do Sistema Eletrônico de gestão da manutenção.

4.10.5 O Sistema Eletrônico de gestão da manutenção deverá gerar as ordens de serviço aprovadas pelo CONTRATANTE.

4.10.6 Deverá permitir o controle da execução das atividades de manutenção preventivas associando status a cada uma das OS's, tais como: Planejada, Pendente, Executada.

4.10.7 Todas as OS's deverão ter uma via impressa para que o profissional responsável pela intervenção tenha ciência de todas as ações planejadas e conter informações em forma de *checklist*, um campo para observações para informações importantes identificadas, como por exemplo a necessidade de uma intervenção corretiva.

4.10.8 As ordens de serviço deverão ser utilizadas para alimentar o sistema de gestão da manutenção com todas as informações relatadas pelo técnico responsável pela manutenção.

4.10.9 As Ordens de Serviço poderão ser substituídas por um modelo digital desde que seja disponibilizado aos profissionais técnicos responsáveis pela manutenção dispositivo como *tablet* ou *smartphone* que permita acesso ao sistema de gestão da manutenção durante a execução da atividade permitindo a visualização e preenchimento da OS durante a execução da atividade de manutenção.

4.11 RELATÓRIOS TÉCNICOS

4.11.1 A CONTRATADA deverá manter arquivadas cópias de todos os relatórios técnicos.

4.11.2 A empresa CONTRATADA será responsável pela emissão de relatórios de acordo com o descrito a seguir:

4.11.3 Relatório de Vistoria Técnica Inicial

a) Tem como objetivo avaliar a condição dos equipamentos e sistemas que serão mantidos, deverá apresentar a situação operacional de cada um dos equipamentos e sistemas e propostas de ações corretivas para reestabelecimento das condições normais de operação para o componente que não apresente o funcionamento adequado.

b) Deverá especificar lista de material de reposição a ser providenciado pelo CONTRATANTE, que não deve incluir ferramentas, equipamentos e materiais inerentes aos serviços a serem prestados. A lista de material para reposição deve conter a especificação do material e sua estimativa de consumo anual.

c) Deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, a partir do início da execução dos serviços e deverá ser assinado pelos profissionais responsáveis técnicos pela realização dos serviços de manutenção.

4.11.4 Relatório Técnico Mensal

a) A CONTRATADA emitirá mensalmente relatórios técnicos contemplando todos os itens verificados de forma detalhada, informe dos procedimentos utilizados, materiais substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias. Os relatórios técnicos deverão ser entregues ao fiscal do contrato até o quinto dia útil subsequente à realização das intervenções. Deverão ser apresentadas todas as intervenções preventivas e corretivas realizadas, descritas todas as pendências apontando as soluções e conclusão sobre o estado geral de operação dos equipamentos e sistemas.

4.11.5 Todos os relatórios e documentos deverão ser entregues em formato eletrônico, assinado eletronicamente, com certificação digital, que garanta autenticidade, autoria, não repúdio e integridade do documento.

4.12 DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS

4.12.1 Nos casos em que houver necessidade de deslocamento dos profissionais por demanda na categoria de supervisores, será pago valor referente às despesas com hospedagem e deslocamento, e na diária já estará incluso despesas com alimentação.

4.12.1.1 Os orçamentos de passagens de avião deverão ter como ponto de saída a cidade de Belém, exceto em caso de visitas consecutivas a diferentes sedes, na qual será considerado como ponto de saída a última cidade visitada.

4.12.1.2 Os deslocamentos com destino a Itaituba ocorrerão por transporte aéreo até Santarém e seguirão pro transporte fluvial até Itaituba.

4.12.1.3 Os deslocamentos com destino a Redenção ocorrerão por transporte aéreo até Marabá e seguirão pro transporte rodoviário até Redenção.

4.12.2 Os atendimentos que impliquem custo de deslocamento para CONTRATANTE deverão ser por este previamente aprovados.

4.12.3 No caso dos profissionais por demanda em categoria distinta a de supervisores o pagamento será apenas do valor da hora técnica contratada para cada profissional, não cabendo qualquer ressarcimento de despesas com diárias pagas a tais profissionais, pois deverão ser contratados profissionais na localidade da realização dos serviços.

4.12.4 A solicitação de deslocamento será efetuada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a viagem, salvo nos casos urgentes. Nesses casos, a solicitação será feita com 24 horas de antecedência.

4.12.5 Não será devido o pagamento de diárias e deslocamento para os serviços realizados em Belém e região metropolitana.

4.12.6 O pagamento das diárias será realizado pelo critério de DIÁRIA INTEIRA ou MEIA-DIÁRIA, nos termos da solicitação efetuada pela CONTRATANTE mediante Ordem de Serviço e de acordo com as regras apresentadas a seguir:

4.12.6.1 DIÁRIA INTEIRA: nos dias em que ocorrer pernoite em município diferente de Belém e região metropolitana, por determinação de Ordem de Serviço.

4.12.6.2 MEIA DIÁRIA: quando não houver pernoite ou para os dias de retorno a Belém.

4.12.7 A Ordem de serviço relativa à gestão de movimentação de profissionais deverá ser aberta com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes da data de movimentação.

4.12.8 A empresa contratada deverá depositar o valor referente às diárias com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes do deslocamento dos profissionais, salvo nos casos urgentes. Nesses casos, o pagamento deverá ser feito até as 16 horas do dia da viagem, devendo encaminhar imediatamente o comprovante ao gestor do contrato.

4.12.9 A Ordem de Serviço deverá indicar o município destino, o período de movimentação, o número de diárias, além de outras informações que se entender necessárias.

4.12.10 Somente serão realizados os pagamentos das Notas Fiscais referentes a movimentações autorizadas mediante emissão da Ordem de Serviço específica.

4.12.11 Esclarece-se que somente serão pagas as diárias e deslocamentos efetivamente ocorridas no mês correspondente. Para isto, a Contratante realizará o pagamento mediante a apresentação de Nota Fiscal específica.

4.12.12 A comprovação efetiva da viagem será realizada por meio de relatório das atividades executadas e confirmada por servidor do local da execução.

4.12.13 A comprovação efetiva do deslocamento será realizada com a apresentação do cartão de embarque no caso de transporte aéreo e da passagem no caso de transporte fluvial.

4.12.14 Os valores de passagens e diárias serão os mesmos propostos na Licitação e serão pagos respeitando os respectivos descontos legais devidos de acordo com a planilha da licitação.

4.12.14 A quantidade de deslocamentos, diárias e custos estimados estão no **ANEXO M**

5 – DAS ATRIBUIÇÕES E QUALIFICAÇÕES INDIVIDUAIS

5.1 Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará nas dependências do CONTRATANTE recursos humanos de seu quadro, ou de empresa subcontratada, ou de profissionais autônomos, conforme demanda da manutenção, nas quantidades e categorias profissionais necessárias.

5.2 Os profissionais terão as seguintes características e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, nas respectivas áreas:

a) Oficial de manutenção predial (CBO 5143-25): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços com instalações do sistema hidrossanitário e do sistema de combate à incêndio dos tipos hidrante e sprinkler;

b) Pedreiro (CBO 7152-10): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços correlatos a função e de impermeabilização;

c) Pintor (CBO 7166-10): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços de pintura em parede e de forro, inclusive com pistola;

d) Gessoiro (CBO 7164-05): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços de instalação de forro de gesso e montagem de paredes de gesso acartonado (drywall);

e) Marceneiro (CBO 7711-05): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços com divisórias e revitalização de esquadrias de madeira;

f) Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10): ensino fundamental completo;

g) Serralheiro (CBO 7244-40): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços correlatos à função, inclusive serviços de soldagem e manutenção de portões;

h) Vidraceiro (CBO 7163-05): ensino fundamental completo e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou

contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços correlatos a função, inclusive serviços em manutenção de portas de vidro com mola;

i) Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10): ensino fundamental completo e curso técnico profissionalizante na respectiva área de trabalho e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços correlatos a função;

j) Eletricista de manutenção (CBO 9511-05): ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas horas-aula, ministrado em escolas especializadas na área de eletroeletrônica;

k) Mecânico de Refrigeração (CBO 9112-05): ensino médio completo e curso técnico profissionalizante na respectiva área de trabalho e experiência comprovada de 6 (seis) meses através de registros ou Carteira de trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de serviço emitido por pessoa jurídica ou registro em órgão público como profissional autônomo, em serviços correlatos a função;

l) Eletrotécnico (CBO 3131-05): ensino fundamental completo, curso básico de qualificação profissional com, no mínimo, duzentas horas-aula, ministrado em escolas especializadas na área de eletroeletrônica, e experiência mínima de 6 (seis) meses de trabalho em instalações elétricas, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência – CTPS;

m) Encarregado Geral de Obras (CBO 7102-05): curso técnico em edificações, registro e regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional, conhecimentos básicos de informática (editor de texto e planilha) e experiência de 6 (seis) meses no cargo de encarregado ou supervisor em manutenção, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

n) Engenheiro de Automação (CBO 2021-10): habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional (CREA) para o desempenho das atividades objeto do presente termo de referência e apresentar experiência mínima de 6 (seis) meses em manutenção de sistemas semelhantes aos constantes no presente termo de referência, comprovada mediante CAT (Certidão de Acervo Técnico);

o) Engenheiro Civil (CBO 2142-05): habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional (CREA) para o desempenho das atividades objeto do presente termo de referência e apresentar experiência mínima de 6 (seis) meses em manutenção de sistemas semelhantes aos constantes no presente termo de referência, comprovada mediante CAT (Certidão de Acervo Técnico);

p) Arquiteto CBO 2141-05: habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional (CAU) para o desempenho das atividades objeto do presente termo de referência e apresentar experiência mínima de 6 (seis) meses em manutenção de sistemas semelhantes aos constantes no presente termo de referência, comprovada mediante CAT (Certidão de Acervo Técnico) ou equivalente do CAU;

q) Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05): habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional (CREA) para o desempenho das atividades objeto do presente termo de referência e apresentar experiência mínima de 6 (seis) meses em manutenção de sistemas semelhantes aos constantes no presente termo de referência, comprovada mediante CAT (Certidão de Acervo Técnico);

r) Engenheiro Mecânico (CBO 2144-05): habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional (CREA) para o desempenho das atividades objeto do presente termo de referência e apresentar experiência mínima de 6 (seis) meses em manutenção de sistemas semelhantes

aos constantes no presente termo de referência, comprovada mediante CAT (Certidão de Acervo Técnico);

5.3 Das atribuições dos profissionais

5.3.1 Ao Oficial de manutenção predial compete:

- a) Instalações hidráulicas, elétricas e de combate à incêndio, central de gás: levantar e registrar as informações; atualizar os relatórios e plantas; realizar e verificar as manutenções; diagnosticar erros, falhas ou anomalias;
- b) Projetos e Especificações técnicas: interpretar; informar alterações;
- c) Bombas hidráulicas: colocar em operação, ou desligar, instalar ou desinstalar;
- d) Reservatórios: Acompanhar e avaliar o abastecimento e os níveis de água; acompanhar e corrigir, quando necessário, as pressões das redes de água potável e combate ao incêndio;
- e) Fixação de quadros e murais e outros objetos em paredes e teto;
- f) Serviços correlatos.

5.3.2 Ao Pedreiro compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de manutenção, recuperação, adequação, demolição, reforma e construção, tais como: alvenaria com assentamento de tijolos ou blocos, emboço, reboco, vergas, concreto, estrutura, meio-fio, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, tubulações para fiações, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de valas e demais serviços inerentes.

5.3.3 Ao Pintor compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de pintura e gesso na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, como: paredes internas e externas, pisos (incluindo demarcação de vagas), teto, estruturas de concreto, portas, esquadrias, brises e equipamentos em geral, molduras, placas, letreiros, caiação de meio-fio, dentre outros, incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, montagem e desmontagem de placas de gesso em tetos (forro) e em paredes (drywall) inclusive a execução da estrutura interna, retirada e reinstalação de carpetes existentes e assentamento de carpetes novos, execução de septos sobre os forros, abertura de visitas, devendo antes recuperar as partes danificadas e demais serviços inerentes.

5.3.4 Ao Gesseiro compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de gesso na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, tais como: paredes internas e externas, montagem e desmontagem de placas de gesso em tetos (forro) e em paredes (drywall) inclusive a execução da estrutura interna, molduras, execução de septos sobre os forros, abertura de visitas e demais serviços inerentes.

5.3.5 Ao Marceneiro compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de marcenaria na manutenção, recuperação, adaptação, modificação, reforma e confecção, como: montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias, incluindo portas, painéis cegos e painéis com vidro, regulagens e pequenos consertos em molduras, portas, portais, esquadrias, estrutura de telhado, balcões, guichês, tablados, forro de madeira, cabos de ferramentas e outros, confeccionados em compensado, madeira maciça, aglomerado, MDF, dentre outros, incluindo acabamentos com vernizes, laminado de madeira, laminado melamínico, seladora, regulagem de portas e dobradiças, instalação e manutenção de molas para portas de madeira, fixação de quadros e murais, revitalização de esquadrias em madeira, instalação troca e ajustes simples de persianas e demais serviços inerentes.

5.3.6 Ao Auxiliar de manutenção predial compete:

- a) Prestar assistência aos profissionais durante as manutenções; transportar todos e quaisquer materiais, equipamentos e ferramentas, necessários às manutenções; sinalizar toda área envolvida na manutenção; proceder a limpeza do local após realizada a manutenção; realizar o descarte de restos de material proveniente das manutenções;
- b) Demais atribuições definidas pelos profissionais, engenheiro ou fiscal do contrato.

5.3.7 Ao Serralheiro compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de serralheria na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, por exemplo: grades e telas para esquadrias, todo e qualquer tipo de contêineres, ralos, grelhas, molduras, suportes, portões, portas, portais, esquadrias, suporte para aparelhos de ar condicionado, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, arquibancadas, forro metálico, forro de PVC, estrutura de forro de gesso, alambrados, cabos de ferramentas, dentre outros, confeccionados em alumínio, ferro fundido, chapas diversas, tubos diversos, policarbonato, telas, e demais serviços inerentes.

5.3.8 Ao Vidraceiro compete:

- a) Executar todos e quaisquer serviços de vidraçaria na manutenção, recuperação, substituição, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, incluindo vidro laminado, temperado, canelado e liso translúcido, como: esquadrias, quadros, molduras, espelhos, box, portas de vidro, tampos de mesas, bem como manutenção, recuperação, aplicação e remoção de películas de proteção solar, instalação de mola em porta de vidro e demais serviços inerentes.

5.3.9 Ao Bombeiro hidráulico compete:

- a) Levantar e registrar informações sobre as instalações hidrossanitárias e incêndio; subsidiar a preparação e atualização de relatórios e plantas das instalações hidrossanitárias e incêndio; realizar a verificação e manutenção das instalações hidrossanitárias e incêndio; interpretar plantas e especificações técnicas; executar alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas; colocar em operação, ou desligar, as bombas hidráulicas; acompanhar e avaliar o abastecimento e os níveis de água nos reservatórios; acompanhar e corrigir, quando necessário, as pressões das redes de água potável e combate ao incêndio; diagnosticar anomalias nas instalações;

5.3.10 Ao Mecânico de Refrigeração compete:

- a) Levantar e registrar informações sobre as instalações de climatização; subsidiar a preparação e atualização de relatórios e plantas das instalações elétricas; realizar a verificação e manutenção das instalações de climatização; interpretar plantas e especificações técnicas; executar alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas; diagnosticar anomalias nos equipamentos;

5.3.11 Ao Eletricista de manutenção eletrotécnico compete:

- a) interpretar ordens de serviço; estimar tempo de execução de serviço e necessidade de mão de obra; verificar condições físicas do local de trabalho; selecionar ferramentas e instrumentos; obedecer normas técnicas; inspecionar sensitivamente máquinas e equipamentos; avaliar as necessidades de manutenção; diagnosticar defeitos; reparar, monitorar, substituir componentes, ajustar lubrificar, limpar e testar equipamentos eletroeletrônicos; instalar calhas, suportes, eletrodutos, conduítes e sistemas estruturados; confeccionar chicotes e cablagens elétricos e de sistemas de áudio, vídeo e de distribuição de sinais de TV; montar e instalar extensões elétricas; fixar manualmente chicotes,

cablagens, condutores, equipamentos e acessórios; interpretar esquemas elétricos; corrigir esquemas elétricos; realizar medições e testes nos sistemas; preencher requisição de material; preencher ordem de serviço; registrar ocorrências; utilizar equipamentos de segurança; seguir normas de segurança; demais atribuições do título de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica (código 9511) da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações;

5.3.12 Ao Encarregado Geral de Obras compete:

a) Levantar e registrar informações sobre as instalações; subsidiar a preparação e atualização de relatórios e plantas das instalações; realizar a verificação e manutenção das instalações; interpretar plantas e especificações técnicas; acompanhar e orientar alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas; diagnosticar anomalias nos equipamentos, solicitar orientações aos especialistas;

5.3.13 Ao Engenheiro/Arquiteto:

a) Gestão da manutenção objeto deste contrato, supervisão das atividades, elaboração de relatórios e cronogramas e auxílio técnico. Deverá realizar visita técnica inicial, para subsidiar a elaboração do relatório técnico inicial, e deverá comparecer também sempre que a equipe técnica operacional não for capaz de solucionar os problemas existentes;

b) Demais atribuições definidas pelo fiscal do contrato.

5.3.14 Compete a todos os profissionais:

a) Interpretar plantas e especificações técnicas;

b) Demais atribuições definidas pelo engenheiro ou fiscal do contrato.

5.4 A CONTRATADA será responsável por executar e finalizar os serviços iniciados durante o expediente normal, em finais de semana ou em horário noturno, nos casos em que as pendências impeçam as atividades essenciais da CONTRATANTE. Para isso a CONTRATADA deverá ter autorização da CONTRATANTE.

5.5 A CONTRATADA poderá prestar serviços sob demanda, que serão realizados em regime de chamada eventual, excepcional, emergencial ou urgente;

5.5.1 A remuneração será feita de acordo com a tabela de preço de mão de obra por homem/hora;

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar tantos profissionais, equipamentos e ferramentas quantos forem necessários à execução das manutenções.

5.7 Os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) deverão ser adequados aos serviços prestados, conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e a CLT (Consolidação das Leis do trabalho), art. 166 e 167.

5.8 Do fornecimento de uniformes à equipe técnica

PROFISSIONAL POSTO	DESCRIÇÃO DO UNIFORME	PERIODICIDADE DE FORNECIMENTO
Para cada profissional residente	05 (cinco) camisas de malha piquê tipo polo, de manga curta, 100% algodão, na cor branca para o Encarregado e azul ou cor usual da empresa (exceto branco) para os demais postos, com a logomarca da Contratada.	SEMESTRAL

	01 (um) jaleco de brim, 100% algodão, com 03 bolsos, sendo 01 superior (com logomarca da Contratada) e 02 laterais/frontais, na cor branca ou cor usual da Empresa.	ANUAL
	04 (quatro) calças tipo semi-bag, em brim 100% algodão, com presilhas para cinto, com 02 bolsos frontais e 02 bolsos traseiros, na cor azul royal ou na cor usual da empresa.	SEMESTRAL
	01 (uma) bota de segurança confeccionada em vaqueta curtida ao cromo na cor preta, sem biqueira de aço, cano acolchoado e solado em PU.	ANUAL
	05 (cinco) pares de meias de cano médio, 100% em algodão, na cor preta.	SEMESTRAL
	04 (quatro) cintos de couro, na cor preta.	ANUAL

5.9 Aos sábados, domingos e feriados, e no horário fora de expediente normal da Procuradoria, os serviços serão prestados em regime de chamada eventual para os casos excepcionais e de urgência;

5.10 Os Engenheiros/Arquitetos da CONTRATADA deverão realizar visitas quando o CONTRATANTE julgar necessário, no prazo máximo de 2 dias úteis a partir da solicitação, e sempre que os demais profissionais da CONTRATADA não forem capazes de solucionar os problemas existentes.

6 – FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

6.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução do contrato, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, observando as especificações, qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido pelo CONTRATANTE e que deverão estar disponíveis na data prevista para o início do Contrato.

6.1.1 Definições

6.1.1.1 Materiais de consumo: são aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: fita isolante (diversas cores), parafusos, porcas e arruelas, anilhas, terminais, solda, abraçadeiras (nylon e ferro), brocas, serra copo, arrebites, buchas de nylon, pregos, cola, fita zebrada, arame galvanizado, materiais de escritório, e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso. A relação de materiais de consumo com a respectiva estimativa de consumo anual encontra-se no **ANEXO G e H**;

6.1.1.2 Equipamentos: são considerados equipamentos para efeito deste contrato os equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, softwares e móveis indispensáveis à execução dos serviços, podendo estes ser de alocação definitiva ou temporária. A relação de equipamentos com a respectiva estimativa de consumo anual ou reposição encontra-se no **ANEXO G e H**;

6.1.1.3 Materiais para reposição e adaptação: são aqueles utilizados com elevada frequência nos serviços de manutenção, que possuem previsibilidade para estimativa do seu consumo anual e que têm seus valores e quantidades estimadas para fornecimento registrados; A relação destes materiais com a respectiva estimativa de consumo anual e

preços encontra-se no **ANEXO I**;

6.1.1.4 Materiais para ressarcimento: são os demais materiais que não se enquadram nas categorias de materiais para consumo ou materiais para reposição e adaptação. Nessa categoria enquadram-se materiais como aqueles de uso eventual, materiais de uso imprevisível ou urgente, ou ainda, materiais que podem causar a interrupção de serviços, máquinas e equipamentos;

6.1.2 Fornecimento de materiais de consumo e de equipamentos

6.1.2.1 A CONTRATADA deverá arcar com o custo de fornecimento de todos os materiais de consumo necessários a perfeita execução dos serviços.

6.1.2.2 A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos (EPIs, equipamentos de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, softwares, móveis) e testes/análises indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários;

6.1.2.3 Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários;

6.1.2.4 Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações existentes nas dependências da CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações civis e/ou hidráulicas e/ou elétricas da CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

6.1.2.5 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens, atualizando-a sempre que ocorrer alteração e os identificando de forma a não serem confundidos com os de propriedade da CONTRATANTE.

6.1.2.6 A retirada de qualquer equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao Gestor do Contrato, promovendo a devolução no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

6.1.2.7 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração dos aparelhos de medição, teste e análise utilizados na execução de manutenções e elaboração de laudos ou relatórios, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

6.1.3 Fornecimento de materiais para reposição e adaptação:

6.1.3.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais para reposição e adaptação necessários à execução do contrato;

6.1.3.2 No **ANEXO I** constam os materiais para reposição e adaptação com as respectivas quantidades estimadas para utilização ao longo de 12 (doze) meses e com o respectivo valor para fornecimento.

6.1.3.3 Tais valores poderão sofrer redução de acordo com o lance oferecido no pregão.

6.1.3.4 O fornecimento dos materiais para reposição e adaptação ficará condicionado à solicitação prévia da CONTRATANTE que indicará os materiais e as quantidades a serem fornecidas.

6.1.3.5 Embora o fornecimento dos materiais para reposição e adaptação dependa de solicitação prévia da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá gerenciar o estoque de materiais fornecidos.

6.1.3.6 A CONTRATADA deverá informar mensalmente o quantitativo mínimo dos materiais em estoque para garantir a realização dos serviços e o funcionamento ininterrupto dos sistemas.

6.1.3.7 Não será aceita como justificativa pelo atraso de serviços a falta dos materiais em estoque causada pela CONTRATADA.

6.1.3.8 A CONTRATADA informará os materiais e quantitativos utilizados na execução de qualquer serviço, de forma a comprovar sua utilização e a justificar a necessidade de renovação do estoque.

6.1.3.9 A comprovação do consumo de materiais deverá ser apresentada no relatório mensal de atividades e seu controle ser feito por meio de software específico de gerenciamento e controle de manutenção, deverá ser demonstrada a correspondência dos materiais utilizados com as ordens de serviço executadas.

6.1.3.10 O fiscal do contrato poderá, a qualquer tempo, realizar medições nos serviços executados com o objetivo de comprovar os quantitativos de materiais utilizados. Caso haja discordância entre o quantitativo informado pela CONTRATADA ao final dos serviços e o quantitativo medido pelo fiscal do contrato, esses últimos serão considerados para fins de pagamento e serão aplicadas as penalizações cabíveis, conforme Instrumento de Medição de Resultado.

6.1.3.11 Os materiais para reposição e adaptação, constantes na lista do **ANEXO I**, deverão ser fornecidos pelos preços registrados no contrato e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do CONTRATANTE.

6.1.3.12 No caso de atraso no fornecimento dos materiais, a CONTRATADA deverá apresentar as justificativas e a proposição de nova data de entrega, que estarão sujeitas à aprovação pela CONTRATANTE.

6.1.3.13 Para garantia de atendimento aos prazos de entrega estabelecidos e sob pena de incorrer penalizações, conforme Instrumento de Medição de Resultado, a CONTRATADA deverá manter, as suas próprias custas, estoque mínimo de materiais para reposições e adaptações.

6.1.3.14 Caso necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar o fornecimento de materiais não constantes na lista do **ANEXO I**. Nesse caso, a CONTRATADA fará o fornecimento mediante o processo de ressarcimento.

6.1.3.15 Os materiais a serem fornecidos deverão ser entregues nas dependências do CONTRATANTE e serão inspecionados pela fiscalização do contrato para verificação quanto ao atendimento às especificações e quantidades estabelecidas. Somente após a aprovação pela fiscalização, a CONTRATADA poderá fazer uso do material entregue, bem como emitir a nota fiscal para pagamento ou ressarcimento.

6.1.3.16 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.

6.1.3.17 Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

6.1.3.18 Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação da informação, por escrito, dos locais de origem ou dos certificados de ensaios dos materiais, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização.

6.1.3.19 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados nas dependências da CONTRATANTE.

6.1.3.20 Os materiais inflamáveis somente poderão ser armazenados em áreas autorizadas pela fiscalização.

6.3.1.21 A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do Contrato, amostras de quaisquer materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

6.3.1.22 A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos.

6.3.1.23 A substituição de peças, equipamentos ou acessórios só deverá ser feita pela CONTRATADA, mediante autorização do fiscal do contrato, exceto em casos emergenciais.

6.3.1.24 Em casos emergenciais, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o fornecimento de materiais e equipamentos de forma imediata, devendo ser entregues em tempo hábil para contornar a situação de emergência. Após a situação de emergência ser contornada, a fiscalização do contrato efetuará as devidas medições para levantamento dos materiais ou equipamentos utilizados para posterior pagamento ou ressarcimento à CONTRATADA, se aplicável.

7 – PROCESSO DE RESSARCIMENTO

7.1 Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA efetuará a pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade com os valores praticados no mercado, por meio de 3 (três) propostas. Na hipótese de o fiscal constatar que o preço proposto para a substituição é superior ao do mercado, a CONTRATADA será ressarcida pelo menor preço praticado.

7.1.1 No caso de pesquisa de preços apresentada pela CONTRATADA, a fiscalização do contrato fará avaliação prévia para certificação de que os preços apresentados estão compatíveis com os praticados no mercado;

7.1.2 No caso de pesquisa de preços a ser realizada pela fiscalização, a CONTRATADA deverá informar a descrição completa e inequívoca dos materiais a serem adquiridos de forma a permitir a realização da pesquisa;

7.2 No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar carta de exclusividade do fornecedor e cópia de nota fiscal de venda já realizada. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser apresentado documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

7.3 Quando identificada a necessidade de fornecimento de material para ressarcimento, a CONTRATADA deverá providenciar relatório técnico apresentando justificativa para a necessidade de fornecimento do material, informando o equipamento ou sistema onde ocorrerá a substituição.

7.4 O material apresentado será avaliado pelo CONTRATANTE para conceder o aceite formal do fornecimento.

7.5 O material deverá ser fornecido e aplicado após a manifestação formal da CONTRATANTE.

7.6 O pagamento do ressarcimento dos materiais e serviços será efetuado à CONTRATADA da seguinte forma:

7.6.1 Os materiais/peças fornecidos e os serviços realizados cujos preços NÃO estiverem estabelecidos na proposta original ou no Contrato serão ressarcidos à CONTRATADA pelo Preço de Mercado deduzido do percentual de desconto eventualmente oferecido pela CONTRATADA para os itens de ressarcimento e acrescido do BDI informado pela empresa na proposta.

7.6.2 O BDI de materiais será aplicado para os materiais de reposição e adaptação e o BDI serviços será aplicado a prestação de serviços por ressarcimento.

7.7 Nos termos do [Parecer da Audin/MPU nº 152/2020](#), a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal de venda em nome da CONTRATANTE, sobre a qual serão aplicadas as retenções tributárias pertinentes

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Comunicar-se com a CONTRATANTE por meio de documentação em formato eletrônico com certificação digital, que garanta a autenticidade, autoria, não repúdio e integridade do documento.

8.2 A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato ou termo aditivo, para:

8.2.1 Encaminhar ao fiscal do contrato a relação dos empregados que executarão as manutenções;

a) A relação dos empregados deverá conter: nome completo; número do documento de identidade; data de nascimento; função; endereço residencial; telefone para contato; escolaridade; comprovação da formação técnica exigida; e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, para fins de divulgação na internet, a fim de atender à Resolução CNMP nº 86, de 2012;

b) A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada e comunicar ao fiscal do contrato sempre que houver mudança na equipe.

8.2.2 Disponibilizar endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informando quanto a eventuais alterações.

8.3 A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato ou termo aditivo, para:

8.3.1 Elaborar a lista com quantitativo mínimo de materiais para se ter em estoque, necessários ao funcionamento ininterrupto dos sistemas;

8.3.2 Entregar o cronograma anual das manutenções, inclusive das subcontractações;

8.3.3 Entregar os relatórios do:

a) Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA);

b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), contendo as cópias dos exames médicos, conforme solicitados na Norma Regulamentadora nº 7;

8.3.4 Entregar, ao fiscal do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos serviços contratados;

a) Os responsáveis técnicos deverão ser, obrigatoriamente, aqueles que realizarão as visitas técnicas;

b) Caso seja substituído algum responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, sem ônus para o CONTRATANTE;

c) As subcontractadas também deverão apresentar a ART dos serviços a serem realizados.

8.4 Quanto aos Funcionários

8.4.1 A CONTRATADA deverá manter a relação de empregados sempre atualizada e comunicar ao fiscal do contrato sempre que houver mudança na equipe;

8.4.2 Submeter à avaliação do CONTRATANTE, obrigatoriamente, acervo técnico dos profissionais que executarão as manutenções nesta Procuradoria;

8.4.3 Zelar para que seus empregados se mantenham devidamente identificados por meio de crachás, com os dados do empregado e foto recente, uniformizados de forma condizente e dentro dos padrões de higiene pessoal, sempre que estiverem circulando nas dependências do CONTRATANTE;

8.4.4 Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos de emergência;

8.4.5 Substituir qualquer empregado, no prazo estipulado pela CONTRATANTE, sempre que seus serviços sejam julgados insatisfatórios pelo fiscal do Contrato ou sua conduta seja prejudicial ou inconveniente à disciplina ou ao interesse do serviço público;

8.4.6 Responsabilizar-se por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

8.4.7 Cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras (NR) atualizadas do Ministério do Trabalho, com apresentação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) específicos para o meio ambiente do trabalho nas dependências do CONTRATANTE;

8.4.8 Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme previsto na PORTARIA MTB Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, diligenciando, em especial, para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), na forma regulada pela NR-06, do Ministério do Trabalho, caso necessário, ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização do CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

8.4.9 Indicar, dentre os Engenheiros ou Arquitetos da empresa, o preposto que será responsável por gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades:

- a) Comandar, coordenar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;
- b) Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito às pessoas dentro do estabelecimento da CONTRATANTE;
- c) Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;
- d) Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;
- e) Aplicar as advertências necessárias e promover a substituição dos empregados que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a área de manutenção da CONTRATADA ou do CONTRATANTE.

8.4.10 Os serviços executados pelo preposto deverão estar incluídos na proposta de prestação dos serviços objeto desta contratação, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

8.4.11 Fornecer, sem repassar os custos para seus empregados, exceto nos casos previstos em Lei ou Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

- a) Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço, que deverão ser substituídos na periodicidade indicada na tabela constante do item 5.8 ou a qualquer tempo a pedido do CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação escrita.

- b) Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (art. 166 e 167), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;
- c) Crachás de identificação com fotografia;
- d) Auxílio-alimentação/refeição;
- e) Vale-transporte, no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, em uma única entrega no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos.

8.4.12 A relação de uniformes, EPI's, ferramentas e equipamentos repassados aos empregados da CONTRATADA, deverá ser entregue ao fiscal do contrato sendo, cada relação, assinada e datada pelo funcionário e pelo preposto.

8.5 Quanto às Normas Internas e Legislações

8.5.1 A CONTRATADA, ao executar os serviços ou quando fizer uso de materiais, deverá obedecer rigorosamente:

8.5.2 Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial as seguintes:

- a) NBR 5.410:2008 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- b) NBR 5.419:2015 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- c) NBR 5.626:1998 – Instalação predial de água fria;
- d) NBR 13.714:2000 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- e) NBR 12.693 – emenda 2013 – Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- f) NBR 10.131:2015 – Bombas hidráulicas de fluxo;
- g) NBR 15.527:20017 – Aproveitamento de água de chuva
- h) NBR 10.844:1989 – Instalações prediais de águas pluviais;
- i) NBR 8.160:1999 – Esgoto predial;
- j) NBR 17240:2010 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio;
- k) NBR 16401:2008 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários;
- l) NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada.

8.5.3 Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:

- a) NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- b) NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- c) NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- d) NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- e) NR-33: Trabalho em espaço confinado;
- f) NR-35: Trabalho em altura.

8.5.4 À Resolução CONFEA nº 425/98 (ART) e nº 1025/2009 (Acervo Técnico);

8.5.5 As determinações do CONTRATANTE.

8.5.6 Às normas técnicas específicas, se houver, a Resolução CONFEA nº 425/98 (ART), Resolução CONFEA nº 1025/2009 (Acervo Técnico), Resolução CAU nº 91/2014 (RRT) e Resolução CAU nº 93/2014 (Certidões);

8.5.7 Às disposições legais federais e distritais pertinentes e determinações do CONTRATANTE;

8.5.8 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

8.5.9 Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde (Aprova Regulamento Técnico contendo medidas para garantir a Qualidade do Ar de Interiores);

8.5.10 Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativos ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;

8.5.11 Às normas expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária – Anvisa;

8.5.12 Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

8.5.13 Aos regulamentos do corpo de bombeiros;

8.5.14 À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;

8.5.15 Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas do Ministério Público Federal, relativas à segurança e proteção ambiental, bem como as constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.

8.6 Quanto às Manutenções e Sistemas

8.6.1 Utilizar, quando necessário, sinalização adequada com placas, com os dizeres “EM MANUTENÇÃO”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas;

8.6.2 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, inclusive nos casos de subcontratação, devendo corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que o CONTRATANTE julgar insatisfatórios ou que contenham imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com os manuais ou rotinas de manutenção;

8.6.3 Interagir com as demais empresas contratadas pelo CONTRATANTE, envolvidas na manutenção das demais instalações, a fim de possibilitar o perfeito funcionamento de todos os sistemas;

8.6.4 Realizar reparos que envolvam serviços externos de terceiros como: transporte, desmontagem, remontagem, enrolamento de motores, serviços de torno e solda, recuperação ou aferimento de componentes eletrônicos etc.;

8.6.5 Testar as instalações na presença do fiscal do Contrato sempre que for solicitado;

8.6.6 Executar os serviços sem prejuízo do funcionamento normal das atividades do CONTRATANTE, devendo adotar todas as medidas de proteção necessárias, com vistas ao livre trânsito das áreas;

8.6.7 Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades do CONTRATANTE, inclusive se necessário aos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente;

8.6.8 Solicitar autorização do fiscal do Contrato caso os serviços impliquem a paralisação de equipamentos;

8.6.9 Solicitar autorização do CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato;

8.6.10 Caso os serviços, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais onde os equipamentos estão instalados, estes deverão ser removidos pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação do fiscal do Contrato, ficando a CONTRATADA inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, conserto e reinstalação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6.11 Seguir criteriosamente as manutenções preventivas periódicas de acordo com os manuais técnicos do fabricante dos equipamentos e observações recomendadas pelo CONTRATANTE de modo a manter a padronização, originalidade e operacionalidade dos equipamentos;

8.6.12 Comunicar ao fiscal do Contrato o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos sistemas objeto do contrato;

8.6.13 Recolocar em seus lugares, móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços;

8.6.14 Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios;

8.6.15 Solicitar previamente ao fiscal do Contrato autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços;

8.6.16 Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE;

8.6.17 Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente;

8.6.18 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

8.6.19 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.6.20 Comunicar o CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.7 Quanto aos Equipamentos e Ferramentas

8.7.1 A CONTRATADA deverá possuir, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda destes. Caso seja necessário deixá-los no edifício, o local deverá ser indicado pelo CONTRATANTE, porém de total responsabilidade da CONTRATADA.

8.7.2 Ter equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, boa qualidade ou de primeira linha, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo,

bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito.

8.7.3 Apresentar certificado de calibração válido dos equipamentos de medição, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

8.7.4 Efetuar as correções normais de eficiência do funcionamento dos equipamentos dos sistemas sempre que as inspeções ou testes indicarem modificações de parâmetros técnicos de qualquer um deles;

8.7.5 Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos, promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso;

8.7.6 Quaisquer serviços de intervenção nos equipamentos devem ser realizados em conformidade com o manual do equipamento, com emissão de relatório detalhado e laudo sobre as condições gerais dos equipamentos, devidamente assinados pelo executor dos serviços.

8.8 Quanto aos Resíduos

8.8.1 Remover entulho e sobras de materiais e realizar a limpeza do local após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus para o CONTRATANTE;

8.8.2 Proceder o recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte do CONTRATANTE;

8.8.3 Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 401, de 4 de novembro de 2008, e a política de descarte da CONTRATANTE;

8.8.4 É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância ao que couber no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, link: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/109657/9_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf?sequence=1&isAllowed=y, bem como à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

8.8.5 O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

8.8.6 Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

8.9 Quanto à Documentação Comprobatória

8.9.1 A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, quando solicitado, comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, fundo de garantia e previdenciárias, em especial os documentos solicitados na Cláusula do Faturamento, bem como os abaixo relacionados:

- a) Demonstrativos de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- b) Cópia dos documentos que embasam o PPRA e o PCMSO, previstos nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, específicos para os riscos ambientais do trabalho do CONTRATANTE;
- c) Comprovantes de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos;
- d) Comprovantes do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- e) Cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado, quando houver demissão de empregado alocado nas dependências do CONTRATANTE;
- f) Demonstrativos de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e, ainda, das demais obrigações dispostas em Lei, quando solicitado;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011; Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça; Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União; Consulta na Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.9.2 A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado, a realização de treinamentos exigidos por lei, por meio de certificados ou listas de presenças aos cursos. Os comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem realizados deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência ou solicitação.

8.10 Quanto às Vedações à Contratada

8.10.1 Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;

8.10.2 Lotar no ambiente do CONTRATANTE empregado que seja parente até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público Federal no Pará, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

8.10.3 Permitir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;

8.10.4 Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

8.10.5 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

8.10.6 Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

8.10.7 Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

8.10.8 Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato.

8.11 Quanto às Disposições Finais

8.11.1 A CONTRATADA jamais poderá alegar o não conhecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

8.11.2 Executar os serviços objeto do contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE;

8.11.3 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;

8.11.4 A CONTRATADA deverá executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços, conforme dispõe o artigo 75 da Lei n.º 8.666/93;

8.11.5 Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

8.11.6 Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

8.11.7 Permitir livre acesso ao fiscal do Contrato e toda pessoa autorizada por ele aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes ao contrato;

8.11.8 Comunicar, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes dos sistemas relacionados com o contrato;

8.11.9 Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado;

8.11.10 Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;

8.11.11 Manter o fiscal do Contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas;

8.11.12 Promover substituição de materiais, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços;

8.11.13 Fiscalizar a apresentação e o preenchimento do Livro de Ocorrência e do sistema informatizado de manutenção, registrando as informações pertinentes dos serviços executados no dia;

8.11.14 Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para o CONTRATANTE. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;

8.11.15 Os números para acionamento do aparelho de comunicação deverão ser informados ao fiscal do Contrato, quando do início da vigência do contrato ou sempre que houver alteração;

8.11.16 Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, incluindo os critérios de habilitação e qualificação, na licitação da própria CONTRATADA e de eventuais empresas subcontratadas;

8.11.17 Prestar, quando necessário e solicitado pelo CONTRATANTE mediante comunicação prévia e por escrito, serviços extraordinários;

8.11.18 Fornecer todo o material de expediente necessário para a execução do serviço;

8.11.19 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão;

8.11.20 Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato;

8.11.21 Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos;

8.11.22 Zelar pela área que lhe for entregue para uso, bem como assumir responsabilidade pela manutenção, guarda e reposição dos móveis, utensílios, equipamentos e ferramentas de propriedade do CONTRATANTE, colocados à disposição da CONTRATADA, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, reparando-os ou substituindo-os por sua conta quando danificados ou extraviados, mediante prévia comunicação ao CONTRATANTE, restituindo-os nas mesmas condições e quantidades em que lhe foram entregues para uso e gozo, ao prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE se reserva o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura mensal da prestação do serviço, sem exclusão do pleno direito de denunciar o CONTRATO;

8.11.23 Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas quando do término da vigência contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral (nos termos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993) ou amigável (nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993) por parte da Administração, em até 30 (trinta) dias que antecedem à data final acordada. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

9 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ASPECTOS TÉCNICOS RELEVANTES)

9.1 O CONTRATANTE, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato;

9.2 Inspeccionar os materiais, ferramentas e equipamentos utilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços;

9.3 Recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reciclados, reconicionados ou reaproveitados;

9.4 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste documento;

9.5 Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades;

9.6 Impugnar qualquer funcionário da CONTRATADA que não preencher as condições técnicas necessárias ou exigidas pelo CONTRATANTE;

9.7 Relacionar-se com a CONTRATADA, preferencialmente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

- 9.8 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 9.9 Não permitir o ingresso de terceiros não autorizados em locais próprios dos sistemas;
- 9.10 Fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas pela CONTRATADA aos empregados lotados no ambiente do CONTRATANTE;
- 9.11 Exercer fiscalização sobre os registros efetuados pela CONTRATADA nas carteiras profissionais de seus empregados;
- 9.12 Exigir a qualquer tempo a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a habilitação na licitação;
- 9.13 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;
- 9.14 Exigir da CONTRATADA, quando da apresentação da fatura mensal, a comprovação do valor de aquisição dos materiais utilizados conforme previsto neste documento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de compra;
- 9.15 Estabelecer, quando necessário, local apropriado para guarda dos materiais, ferramentas e 15 Estabelecer, quando necessário, local apropriado para guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos a serem utilizados pela CONTRATADA;
- 9.16 Disponibilizar local apropriado para que os empregados da CONTRATADA possam efetuar suas refeições devidamente equipado com mesas e cadeiras;
- 9.17 Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para uso dos profissionais da CONTRATADA;
- 9.18 Proibir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;
- 9.19 Notificar por escrito e com antecedência, quaisquer débitos porventura existentes (multas, danos causados e outros);
- 9.20 Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndios adotados pelo CONTRATANTE e exigir seu cumprimento;
- 9.21 Atestar os serviços bem como os materiais fornecidos pela CONTRATADA, para execução dos serviços;
- 9.22 Determinar o afastamento de empregado da CONTRATADA que esteja sem uniforme, sem EPI, ou sem crachá, ou dificultando a fiscalização, ou prejudicando o bom andamento ou a boa qualidade dos serviços, ou que não acate as ordens do CONTRATANTE ou nem respeite sua autoridade, ou cuja permanência na área for julgada inconveniente;
- 9.22.1 O substituto deverá possuir qualificação profissional igual ou superior à do substituído, comprovada mediante documentação.
- 9.23 Receber, controlar e manter arquivado os documentos entregues pela CONTRATADA, durante a vigência contratual;
- 9.24 Disponibilizar servidor do CONTRATANTE para receber treinamento sobre os sistemas adotados pela CONTRATADA para o acompanhamento da manutenção;
- 9.25 Disponibilizar cópias de todos os manuais de equipamentos que tiver em seu poder;
- 9.26 Aplicar, quando couber, penalidades a CONTRATADA ou rescindir o contrato;
- 9.27 Nomear um ou mais fiscais de Contrato.

9.27.1 Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado. São competências do fiscal do Contrato:

- a) Ter livre acesso e autoridade para definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do contrato, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que julgar necessário;
- c) Recusar qualquer serviço cuja qualidade não se revista do padrão desejado, bem como qualquer material, produto ou equipamento que não atenda satisfatoriamente aos fins a que se destinam.

9.28 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas;

9.29 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.30 Será(ão) nomeado(s) Gestor(es) do Contrato, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.

9.31 O(s) Gestor(es) do Contrato terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso à autoridade superior para decisão.

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

10.1.1 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis – SEDE PR-PA

10.1.1.1 Os valores unitários de cada categoria de profissional supervisor são as seguintes, exclusivamente para a sede da PR/PA:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QUANT. HORAS/MÊS	QUANT. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Engenheiro Civil ou Arquiteto (CBO 2142-05 / CBO 2141-05)	24	288	109,98	31.674,24
Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05)	12	144	109,98	15.837,12

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QUANT. HORAS/MÊS	QUANT. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
A: Valor Unitário Anual				R\$ 47.511,36

10.1.1.2 Os valores unitários para cada categoria de profissional residente são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANT.	QTD. HORAS/MÊS	VALOR MÊS (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Encarregado Geral de Obras (CBO 7102-05)	1	220	5.343,63	64.123,56
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	1	220	6.683,72	80.204,64
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	1	220	4.362,40	52.348,80
Eletrotécnico (CBO 3131-05)	1	220	6.609,78	79.317,36
B: Valor Unitário Anual				R\$ 275.994,36

10.1.1.3 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	12	144	24,76	3.565,44
Pintor (CBO 7166-10)	12	144	26,23	3.777,12
Gesseiro (CBO 7164-05)	12	144	24,76	3.565,44
Marceneiro (CBO 7711-05)	12	144	24,61	3.543,84
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	12	144	25,81	3.716,64
Vidraceiro (CBO 7163-05)	12	144	24,76	3.565,44
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	12	144	24,04	3.461,76
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	4.327,20
C: Valor Unitário Anual				R\$ 32.378,40

10.1.1.4 Os valores unitários de diárias e deslocamentos dos profissionais supervisores para atendimentos com origem da PR-PA para PRM's e Polos e das PRM's para Polos:

TABELA DE DIÁRIAS*

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QUANT. DIÁRIAS/ANO	VALOR DIÁRIA COM HOSPEDAGEM (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Engenheiro Civil ou Arquiteto (CBO 2142-05 / CBO 2141-05)	42,00	1.158,43	48.653,90
Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05)	42,00	1.158,43	48.653,90
D: Valor Unitário Anual			97.307,80

* O cálculo do valor de diárias equivale a somatória das despesas médias de estadia em quarto de hotel, para até 2 (duas) pessoas, com o valor de 1 (uma) diária do profissional baseado na quantidade de 8,0 (oito) horas por diária.

TABELA DE DESLOCAMENTOS

QUANTIDADE DE DESLOCAMENTOS POR ANO

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	PR/PA					PRM SANTARÉM	PRM MARABÁ
	PRM SANTARÉM	PRM MARABÁ	PRM ALTAMIRA	POLO TUCURUI	POLO PARAGOMINAS	POLO ITAITUBA	POLO REDENÇÃO
TIPO DE DESLOCAMENTO	AÉREO ¹	AÉREO ¹	AÉREO ¹	TERRESTRE ²	TERRESTRE ²	FLUVIAL ³	TERRESTRE ²
Engenheiro Civil ou Arquiteto (CBO 2142-05 / CBO 2141-05)	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05)	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00	3,00
VALOR DO DESLOCAMENTO UNITÁRIO POR PROFISSIONAL	1.914,24	2.254,70	1.101,58	1.798,96	1.202,85	313,08	1.392,88
VALOR DO DESLOCAMENTO TOTAL ANUAL	22.970,88	27.056,40	13.218,96	10.793,76	7.217,10	1.878,48	8.357,28
E: VALOR DO DESLOCAMENTO GERAL ANUAL					R\$ 91.492,86		

1 - O valor encontrado por trecho equivale a uma média aritmética de levantamentos obtidos por pesquisa de preços (considera-se trecho o percurso de ida e volta).

2 - O valor encontrado por quilômetro equivale ao valor pago pelo MPU – Ministério Público da União para deslocamentos feitos com a utilização de carro próprio, seguindo a orientação da portaria PGR/MPU Portaria: nº 41/2014, que estabelece o valor de R\$ 1,53/Km.

3 - O valor encontrado por trecho equivale a uma média aritmética de levantamentos obtidos por pesquisa de preços (considera-se trecho o percurso de ida e volta).

10.1.1.5 Os valores unitários para manutenção preventiva nos equipamentos são as seguintes:

EQUIPAMENTO	SERVIÇO	QTD. DE HORAS (ANO)	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Grupo Gerador	Manutenção Preventiva	188	55,52	10.437,76
Climatização	Manutenção Preventiva	882,83	45,30	39.992,19
F: Valor Unitário Anual				R\$ 50.429,95

10.1.1.6 Os valores unitários para manutenção corretiva nos equipamentos são as seguintes:

EQUIPAMENTO	SERVIÇO	QTD. DE HORAS PREVISTAS (ANO)	VALOR HORA TÉCNICA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Grupo Gerador	Manutenção Corretiva	16	129,60	2.073,60
Rede Ininterrupta - Nobreak	Manutenção Corretiva	8	134,18	1,073,44
Climatização	Manutenção Corretiva	234,33	129,60	30.369,16
G: Valor Unitário Anual				R\$ 33.516,20

10.1.1.7 Os valores unitários para o fornecimento de materiais para reposição e adaptação são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais para reposição e adaptação (ANEXO I).	9.195,13	110.341,65
H: Valor Unitário Anual		R\$ 110.341,65

10.1.1.8 Os valores unitários para o fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento.	4.047,88	48.574,65
I: Valor Unitário Anual		R\$ 48.574,65

VALOR TOTAL ESTIMADO (A+B+C+D+E+F+G+H+I)**R\$ 787.547,23**

10.1.1.8 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.1.9 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 65.628,93 (Sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 787.547,23 (Setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta sete reais e vinte e três centavos)**.

10.1.2 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-SANTARÉM

10.1.2.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional residente são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANT.	QTD. HORAS/MÊS	VALOR MÊS (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	1	220	6.683,72	80.204,64
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	1	220	4.362,40	52.348,80
Eletrotécnico (CBO 3131-05)	1	220	6.609,78	79.317,36
A: Valor Unitário Anual				R\$ 211.870,80

10.1.2.2 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	8	96	30,05	R\$ 2.884,80
B: Valor Unitário Anual				R\$ 22.537,44

10.1.2.3 Os valores unitários para manutenção preventiva nos equipamentos são as seguintes:

EQUIPAMENTO	SERVIÇO	QTD. DE HORAS (ANO)	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Grupo Gerador	Manutenção Preventiva	127,25	55,52	7.064,92
Climatização	Manutenção Preventiva	584,25	45,30	26.466,52
C: Valor Unitário Anual				R\$ 33.531,44

10.1.2.4 Os valores unitários para manutenção corretiva nos equipamentos são as seguintes:

EQUIPAMENTO	SERVIÇO	QTD. DE HORAS PREVISTAS (ANO)	VALOR HORA TÉCNICA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Grupo Gerador	Manutenção Corretiva	16	129,60	2.073,60
Rede Ininterrupta - Nobreak	Manutenção Corretiva	16	134,18	2.146,88
Climatização	Manutenção Corretiva	140,50	129,60	18.208,80
D: Valor Unitário Anual				R\$ 22.429,28

10.1.2.5 Os valores unitários para o fornecimento de materiais para reposição e adaptação são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais para reposição e adaptação (ANEXO I).	2.819,08	33.829,04
E: Valor Unitário Anual		R\$ 33.829,04

10.1.2.6 Os valores unitários para o fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento.	2.236,99	26.843,89
F: Valor Unitário Anual		R\$ 26.843,89

VALOR TOTAL ESTIMADO (A+B+C+D+E+F)	R\$ 351.041,89
---	-----------------------

10.1.2.7 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.2.8 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 29.253,49 (Vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 351.041,89 (Trezentos e cinquenta e um mil, quarenta e um reais e oitenta e nove centavos)**.

10.1.3 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-MARABÁ

10.1.3.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional residente são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANT.	QTD. HORAS/MÊS	VALOR MÊS (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	1	220	6.683,72	80.204,64
A: Valor Unitário Anual				R\$ 80.204,64

10.1.3.2 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
B: Valor Unitário Anual				R\$ 23.979,84

10.1.3.3 Os valores unitários para manutenção corretiva nos equipamentos são as seguintes:

EQUIPAMENTO	SERVIÇO	QTD. DE HORAS PREVISTAS (ANO)	VALOR HORA TÉCNICA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Rede Ininterrupta - Nobreak	Manutenção Corretiva	8	134,18	1.073,44
C: Valor Unitário Anual				R\$ 1.073,44

10.1.3.4 Os valores unitários para o fornecimento de materiais para reposição e adaptação são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais para reposição e adaptação (ANEXO I).	2.563,53	30.762,41
D: Valor Unitário Anual		R\$ 30.762,41

10.1.3.5 Os valores unitários para o fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento.	2.236,99	26.843,89
E: Valor Unitário Anual		R\$ 26.843,89

VALOR TOTAL ESTIMADO (A+B+C+D+E)	R\$ 162.864,22
---	-----------------------

10.1.3.6 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.3.7 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 13.572,01 (Treze mil, quinhentos e setenta e dois reais e um centavo)**, perfazendo o valor total estimado do

Contrato em **R\$ 162.864,22** (Cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

10.1.4 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-ALTAMIRA

10.1.4.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional residente são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANT.	QTD. HORAS/MÊS	VALOR MÊS (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	1	220	6.683,72	80.204,64
A: Valor Unitário Anual				R\$ 80.204,64

10.1.4.2 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
B: Valor Unitário Anual				R\$ 23.979,84

10.1.4.3 Os valores unitários para o fornecimento de materiais para reposição e adaptação são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais para reposição e adaptação (ANEXO I).	2.550,36	30.604,39
C: Valor Unitário Anual		R\$ 30.604,39

10.1.4.4 Os valores unitários para o fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento são os seguintes:

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Fornecimento de materiais e prestação de serviços por ressarcimento.	2.236,99	26.843,89
D: Valor Unitário Anual		R\$ 26.843,89

VALOR TOTAL ESTIMADO (A+B+C+D)	R\$ 161.632,76
---------------------------------------	-----------------------

10.1.4.5 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.4.6 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 13.469,39 (Treze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 161.632,76 (Cento e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos)**.

10.1.5 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-TUCURUÍ

10.1.5.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	12	144	30,38	R\$ 4.374,72
A: Valor Total				R\$ 28.354,56

10.1.5.2 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.5.3 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 2.362,88 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 28.354,56 (Vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**.

10.1.6 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-PARAGOMINAS

10.1.6.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	12	144	30,38	R\$ 4.374,72
A: Valor Total				R\$ 28.354,56

10.1.6.2 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.6.3 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 2.362,88 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 28.354,56 (Vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**.

10.1.7 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-REDENÇÃO

10.1.7.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	12	144	30,38	R\$ 4.374,72
A: Valor Total				R\$ 28.354,56

10.1.7.2 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.7.3 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 2.362,88 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 28.354,56 (Vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**.

10.1.8 Preços Referenciais Máximos Aceitáveis - PRM-ITAITUBA

10.1.8.1 Os valores unitários para cada categoria de profissional sob demanda são os seguintes:

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Pedreiro (CBO 7152-10)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Pintor (CBO 7166-10)	8	96	26,23	R\$ 2.518,08
Gesseiro (CBO 7164-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Marceneiro (CBO 7711-05)	8	96	24,61	R\$ 2.362,56

PROFISSIONAIS POR DEMANDA	QTD. HORAS/MÊS	QTD. HORAS/ANO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	12	144	19,83	R\$ 2.855,52
Serralheiro (CBO 7244-40)	8	96	25,81	R\$ 2.477,76
Vidraceiro (CBO 7163-05)	8	96	24,76	R\$ 2.376,96
Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10)	8	96	24,04	R\$ 2.307,84
Eletricista de manutenção (CBO 9511-05)	12	144	30,05	R\$ 4.327,20
Oficial de manutenção predial – Sistemas hidrossanitário e civil (CBO 5143-25)	12	144	30,38	R\$ 4.374,72
A: Valor Total				R\$ 28.354,56

10.1.8.2 As horas para prestação de serviços e/ou profissionais por demanda são estimadas e deverão ser comprovadas sua realização para efetivação do pagamento.

10.1.8.3 O valor mensal estimado desta contratação é de **R\$ 2.362,88 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 28.354,56 (Vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**.

11 – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Todo ou qualquer serviço só poderá ser subcontratado se atender aos subitens a seguir:

- Seja autorizado pelo CONTRATANTE;
- Tratar-se de serviço extraordinário ou de serralheiro, vidraceiro, marceneiro, chapeiro ou qualquer outro profissional necessário à manutenção dos sistemas sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- Tratar-se de serviço de manutenção do Gerador Geraforte 375kVA, seus componentes e acessórios;
- Tratar-se de serviços de manutenção dos no-breaks Legrand Archimod 60 kVA e Legrand Trimod 40k VA e seus bancos de baterias;
- A subcontratada apresente, ao CONTRATANTE, contrato de prestação de serviço e ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica / Registro de Responsabilidade Técnica), quando couber;
- A CONTRATADA passa a ter única e total responsabilidade pela subcontratação, assim como pela execução dos serviços subcontratados.

11.2 Subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais;

11.3 Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou;

11.4 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação da Administração, os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

11.5 As solicitações para subcontratações deverão ser submetidas previamente à fiscalização. Tal solicitação deverá discriminar o nome da empresa ou profissional, endereço, CNPJ ou CPF e os serviços que serão a elas subcontratados.

11.6 A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA e/ou CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

11.7 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações, serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

11.8 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, sob a supervisão da FISCALIZAÇÃO, de modo a proporcionar o andamento harmonioso da execução dos serviços, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

12 – DA VIGÊNCIA

12.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

13 – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato.

13.1.1 O descumprimento do prazo implicará na retenção automática do valor equivalente dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.1.2 O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou, ainda, para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

13.1.3 A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório e, ainda, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias inadimplidas.

13.1.4 O prazo para que o CONTRATANTE cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da consumação do fato.

13.1.5 A garantia prestada deverá vigorar por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

13.1.6 A garantia deverá ser integralizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento no valor contratual.

13.1.7 A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

- a) Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
- b) Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;

- c) Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
- d) Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;
- e) Ser irretratável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

13.1.8 A garantia oferecida na modalidade títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei 10.179/2001.

13.1.9 A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro deverá ser depositada junto à Caixa Econômica Federal, nominal ao Ministério Público Federal, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

13.1.10 A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia deve mencionar na apólice, expressamente, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais o CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

14 – DO FATURAMENTO

14.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ: 26.989.715/0019-31, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada de cópias autenticadas ou cópias e originais para conferência, dos seguintes documentos:

14.1.1 Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto nº 6.106/2007, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011, Certidão de Débitos Relativos a Tributos Estadual, Municipal e Distrital.

14.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção da Contribuição Social, a título de “*Retenção para a Seguridade Social*”, bem como a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “*ISS a ser recolhido por substituição tributária*”, conforme legislação vigente.

14.3 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

14.3.1 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

14.4 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

15 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

15.1.1 Para pagamento de materiais/peças mediante ressarcimento, a CONTRATADA deverá emitir documento fiscal pertinente, em nome da CONTRATANTE, nos termos da [IN/RFB nº 1.234/2012](#) e Solução de [Consulta COSIT RFB 317/2019](#), sob pena de não ter seus custos ressarcidos/reembolsados.

15.1.2 A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do Gestor do Contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

15.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

15.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

15.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a nota fiscal/fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

15.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = (TX/100)/365, \text{ assim apurado: } I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.5.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

15.6 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o depósito em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.8 A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Acordo de Níveis de Serviço – ANS.

15.9 Deve ser observado o que consta na Portaria SG/MPF n.º 174/2019 para efeito de pagamento.

16 – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

16.1 O Acordo de Níveis de Serviço dar-se-á da seguinte forma:

16.1.1 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato, conforme tabela abaixo:

Item	Infração	Incidência	Percentual referente ao custo mensal do contrato
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Por ocorrência	3,0%
2	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais ou sociais, ou quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas	Por ocorrência	2,0%
3	Fornecer informações falsas em relação à prestação dos serviços.	Por ocorrência	2,0%
4	Não realizar manutenção para a solução de problema que cause a indisponibilidade ou inoperabilidade dos sistemas sem apresentar justificativa.	Por ocorrência	2,0%
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários;	Por ocorrência	1,0%
6	Manter funcionário sem qualificação mínima exigida contratualmente, ou que tenha conduta inconveniente, ou incompatível com suas atribuições.	Por ocorrência	1,0%
7	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	Por ocorrência	1,0%
8	Não entregar documentos e laudos no prazo estabelecido sem apresentar justificativa.	Por documento	0,5%
9	Não iniciar ou concluir uma OS no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa.	Por OS	0,5%
10	Não fornecer materiais/componentes do sistema solicitados pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido sem apresentar justificativas.	Por ocorrência	0,5%

16.2 A aplicação das glosas acima descritas são cumulativas e não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

17 – DA REPACTUAÇÃO

17.1 O contrato poderá ser repactuado visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma.

17.2 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.2.1 Para a repactuação acima mencionada, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

17.2.2 O CONTRATANTE poderá realizar diligências para comprovar a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

17.2.3 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos na proposta inicial, bem como a majoração de quaisquer percentuais aplicados na planilha de custos e formação de preços, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivo.

17.2.4 As repactuações a que a CONTRATADA fazer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato (Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário).

18 – DO REAJUSTE DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

18.1 O preço inicialmente contratado, para os materiais e serviços, poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI-FGV dos últimos 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público;

18.2 A CONTRATADA que solicitar o reajuste que fizer jus durante a vigência do contrato, terá resguardado seu direito, o qual ficará condicionado à apresentação de documentação comprobatória de variação de custos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do termo aditivo de prorrogação, sob pena de preclusão.

19 – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

19.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

20 – DO CONSÓRCIO

20.1 Não há necessidade de consórcio devido ao pequeno porte da contratação, a qual pode ser suportada por apenas uma empresa sem a necessidade de auxílio técnico ou operacional de outras empresas.

21 – DA VISTORIA

21.1 É facultado e recomendável aos licitantes a realização de vistoria no local onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

21.1.1 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

21.1.2 A vistoria deverá ser agendada no telefone (91) 98411-7124 das 09h00 às 16h00, **com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da licitação**, no horário de 09h00 às 16h00.

21.1.3 O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita e receberá um Comprovante de Vistoria emitido pela CONTRATANTE, que deverá ser apresentado com a documentação para habilitação no momento da licitação, conforme modelo no **ANEXO K**.

21.1.4 Se, por qualquer motivo, a referida declaração de vistoria não acompanhar a documentação, será considerada, se houver, a segunda via em poder da Comissão Especial de Licitação, para fins de habilitação.

21.1.5 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal do licitante ou preposto, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo constante no **ANEXO L**.

22 – DAS SANÇÕES

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Não executar total ou parcial qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

22.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

22.2.2 Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

22.2.3 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado sobre o valor total do Contrato.

- a) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

22.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

22.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

22.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.3.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.3.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.3.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.4 Desconto Do Valor Da Multa – Se o valor da multa não for pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU será automaticamente descontado dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, e se for superior a estes, será abatido do valor da garantia de execução do Contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.5 Sem prejuízo, observar para efeito de aplicação de sanções, o que consta na IN SG/MPF nº 02/2020.

23 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

23.1 Para aceitação da proposta da licitante será exigido:

23.1.1 Declaração de que a licitante e seus dirigentes não foram condenados por infringir as leis de combate à discriminação em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

23.1.2 Declaração de que possui em seu quadro, beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, no percentual preestabelecido, obedecendo aos dispositivos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto nº 3.298/1999.

24 – DA HABILITAÇÃO

24.1 A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação na licitação:

24.1.1 Comprovação de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU do domicílio ou sede da empresa, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços objeto da presente licitação. No caso de o licitante ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/PA, conforme exigência do Conselho.

24.1.2 Apresentação de prova de capacidade técnica operacional da licitante, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por entidade da Administração Pública ou empresa privada, comprovando que a licitante prestou ou esteja prestando serviços de características técnicas e de tecnologia de execução equivalente ou superior ao objeto deste documento, e que façam relevância expressa, pelo menos a:

a) Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas civis, hidrossanitários, elétricos, climatização e combate a incêndio em edificação comercial pelo prazo mínimo de 12 meses.

24.1.2.1 Não será aceito o somatório de atestados com a finalidade de se atingir a o prazo mínimo exigidos na alínea “a”, do subitem 24.1.2, pois a soma de atestados não garantiria a comprovação da LICITANTE na prestação de serviços em caráter continuado, evitando-

se a apresentação de atestados de serviços pontuais, que divergem do objeto desta licitação, justificando-se, assim, a vedação de somatório de períodos em diferentes atestados.

24.1.3 A realização de vistoria nas edificações objeto desta contratação é opcional, contudo, caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação;

24.1.4 Relação explícita e declaração formal da disponibilidade da licitante de equipamentos, veículos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

24.1.5 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada emitida pelo CREA, de profissional(is) de nível superior, Engenheiro Mecânico, para os itens relativos a PR-PA e PRM-Santarém, devidamente reconhecido por entidade competente, pertencente(s) ao rol de responsáveis técnicos da empresa, com atribuições compatíveis e detentor(es) de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por execução de serviços de características técnicas e tecnologia de execução equivalente ou superior ao objeto deste certame.

a) Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização de edifício comercial;

24.1.6 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA/CAU, de profissional(is) de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, para todos os itens, devidamente reconhecido por entidade competente, pertencente(s) ao rol de responsáveis técnicos da empresa, com atribuições compatíveis e detentor(es) de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) / Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), por execução de serviços de características técnicas e tecnologia de execução equivalente ou superior ao objeto deste documento, com relevância a:

a) Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos, hidrossanitários e de combate a incêndio de edifício comercial.

24.1.7 Declaração informando que o(s) profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica pertencem ao rol de responsáveis técnicos da empresa;

24.1.8 Para a comprovação de que o profissional pertence ao rol de responsáveis técnicos da empresa, a licitante deverá apresentar: no caso de sócio, cópia do contrato social; no caso de empregado, cópia da carteira de trabalho; e, no caso de prestador de serviço, mediante apresentação de contrato de prestação de serviço, ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

24.1.9 Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo no caso de subcontratação ou de tributos e contribuições das filiais, quando a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede. Os documentos comprovando tal centralização, deverão ser fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação.

Belém, data da assinatura eletrônica

CHARLES DE VASCONCELOS SOUSA

Analista do MPU/Perícia/Engº Civil